



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA

REGINALDO PEREIRA DE CARVALHO

**O PETRÓLEO E A CRISE ECONÔMICA VENEZUELANA: IMPACTOS
SÓCIOECONÔMICOS NA ZONA DE FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA NO
PERÍODO DE 2008 À 2015**

Boa Vista – RR

2017

REGINALDO PEREIRA DE CARVALHO

**O PETRÓLEO E A CRISE ECONÔMICA VENEZUELANA: IMPACTOS
SÓCIOECONÔMICOS NA ZONA DE FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA NO
PERÍODO DE 2008 À 2015**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Área de concentração: Meio ambiente, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos

Boa Vista - RR

2017

REGINALDO PEREIRA DE CARVALHO

**O PETRÓLEO E A CRISE ECONÔMICA VENEZUELANA: IMPACTOS
SÓCIOECONÔMICOS NA ZONA DE FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA NO
PERÍODO DE 2008 À 2015**

Dissertação apresentada como pré-requisito para a conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA), da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas. Defendida em 09 de junho de 2017 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos
Orientador/Universidade Federal de Roraima/UFRR

Prof. Dr. Getúlio Alberto de Souza Cruz Universidade
Federal de Roraima/UFRR

Prof. Dr. José Airton da Silva Lima
Universidade Virtual de Roraima/UNIVIRR

Prof. Dr. Rickson Rios Figueira Suplente/Universidade
Federal de Roraima/UFRR

Prof. Dr^a. Geyza Alves Pimentel
Suplente/Universidade Federal de Roraima/UFRR

Dedico este trabalho ao meu pai, Francisco Pereira de Carvalho, falecido no ano de 2016, uma pessoa que, mesmo sem nenhuma formação acadêmica, ainda que de forma rústica e em remoto tempo de minha vida, ensinou-me que a educação é o maior patrimônio que um homem pode ter.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, PPGDRA, pela oportunidade de realização de trabalhos em minha área de pesquisa.

Aos colegas mestrandos da turma de 2015 do PPGDRA pelo seu auxílio nas tarefas desenvolvidas durante o curso e apoio finalização deste trabalho.

À Universidade Federal de Roraima por oferecer o curso de mestrado público, gratuito e de qualidade.

Ao prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos, meu orientador pela paciência e confiança nessa empreitada.

Aos meus familiares e amigos que me motivaram das mais diversas formas nessa caminhada.

"Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa agora é modifica-lo".

Karl Marx.

RESUMO

A presente dissertação avalia os impactos da crise política e econômica que se abateu sobre a Venezuela no período de 2008 à 2015, desencadeada pela queda do preço internacional do petróleo, o principal produto da economia do país, e os seus desdobramentos sobre as relações fronteiriças e comerciais entre o Brasil e Venezuela, com ênfase nos impactos socioeconômicos produzidos na região da fronteira entre os dois países, mais particularmente na zona de influência fronteiriça situada entre o norte do estado de Roraima e o sul do estado de Bolívar . Nesse período, em função da acentuada queda no preço internacional do petróleo, a Venezuela enfrenta uma forte retração da atividade econômica que intensifica a disputa política entre governo e oposição, confrontando os projetos de economia nacional de base estatal, implementado por Hugo Chávez e continuado por Nicolás Maduro, e o projeto de economia liberal, defendido por opositores, onde diversos mecanismos econômicos são usados por ambos os lados como instrumentos de defesa de seus interesses. A instabilidade política do país e a insegurança de seu mercado provocam redução de investimentos, fugas de capitais, crise cambial e crise de desabastecimento. Tais fatores afetam profundamente as relações econômicas entre os dois países tanto no âmbito nacional como particularmente na zona de fronteira habitada entre eles, resultando na emergência de novos e o agravamento de antigos problemas sociais que já assolavam a região fronteiriça.

Palavras chave: Venezuela. Brasil. Petróleo. Crise. Comércio. Fronteira.

ABSTRACT

This dissertation assesses the impacts of the political and economic crisis that hit Venezuela during the period 2008 to 2015, triggered by the fall in the international price of oil, the main product of the country's economy, and its developments on border and Trade relations between Brazil and Venezuela, with emphasis on the socioeconomic impacts produced in the border region between the two countries, more particularly in the zone of border influence located between the north of the state of Roraima and the south of the state of Bolívar. In this period, due to the sharp drop in the international price of oil, Venezuela faces a sharp contraction in economic activity that intensifies the political dispute between government and opposition, confronting the state-based national economy projects implemented by Hugo Chávez and continued by Nicolás Maduro, and the project of liberal economy, defended by oppositionists, where diverse economic mechanisms are used by both sides as instruments of defense of their interests. The political instability of the country and the insecurity of its market cause reduction of investments, capital flight, crisis of exchange and crisis of shortage. These factors profoundly affect the economic relations between the two countries both at the national level and particularly in the border area inhabited between them, resulting in the emergence of new ones and the aggravation of old social problems that already reached the frontier region

Keywords: Venezuela. Brazil. Oil. Crisis. Trade. Border.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Feira do Garimpeiro, feira do Caxambú e feira do Pintolândia	91
Figura 2 Limite entre o Brasil e a Venezuela	97
Figura 3 Trabalho informal de imigrantes venezuelanos em Boa Vista.....	100
Figura 4 Família indígena da Venezuela acampada em Boa Vista.....	102

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 Venezuela no Mercosul.....	68
MAPA 2 Evolução da fronteira política entre o Brasil e a Venezuela.....	74
MAPA 3 Arco e sub regiões da Faixa de Fronteira.....	76
MAPA 4 Mapa da cidade de Pacaraima.....	78
MAPA 5 Mapa da cidade de Santa Elena de Uarén.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Oscilação no preço internacional do petróleo.....	63
GRÁFICO 2 Evolução no número de pedidos de refúgio.....	99

LISTA DE SIGLAS

- ABRAE** – Áreas Bajo Régimen de Administración Especial
- AD** - Acción Democrática
- ALBA** – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
- ALALC** – Associação Latino Americana de Livre Comercio
- ALADI** – Associação Latino Americana de Integração
- BACEN** – Banco Central do Brasil
- BCV** – Banco Central de Venezuela
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CDIF** - Comissão Permanente para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
- COBAN** – Comissão Binacional de Alto Nível
- COPEI** - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
- DIT** - Divisão Internacional do Trabalho
- GER** – Governo do Estado de Roraima
- EUA** – Estados Unidos da América
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- II** - Imposto de Importação
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- INE** - Instituto Nacional de Estadística de Venezuela
- MCCA** – Mercado Comum Centro Americano
- MDIC** - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul
- MRE** – Ministério das Relações Exteriores
- MRN** – Maldição dos Recursos Naturais
- OEA** – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização da Nações Unidas

OMC – Organização Mundial de Comércio

OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo -

OTAN – Organização dos Países do Atlântico Norte

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PDFF - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PT – Partido dos Trabalhadores

PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A

PIB – Produto Interno Bruto

PIM – Pólo Industrial de Manaus

PIN - Programa de Integração Nacional

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGSOF – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras

PSUV – Partido socialista Unido de Venezuela

SEAI - Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais de Roraima

SRF - Secretaria da Receita Federal

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUS – Sistema Único de Saúde

TCA – Tratado de Cooperação Amazônica

TLC – Tratado de Livre Comércio

TI - Terra Indígena

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas socialistas Soviéticas

UNASUL – União das Nações Sul Americanas

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

ZFM – Zona Franca de Manaus ZPE - Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. FRONTEIRA, ESTADO NACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	24
1.1 AS FRONTEIRAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO NACIONAL E MUNDIAL	24
1.2 TIPOLOGIA DAS FRONTEIRAS	26
1.3 AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E O PROCESSO POLÍTICO.....	27
1.3.1 A evolução do Estado nacional e das fronteiras	29
1.3.2 As fronteiras da antiguidade e na idade média	30
1.3.3 As fronteiras do Estado nacional moderno	31
1.3.4 As fronteiras da industrialização	32
1.3.5 As fronteiras da Guerra Fria	34
1.3.6 A descolonização da África e as fronteiras da dominação	36
1.4 AS FRONTEIRAS DA AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO INTERNACIONAL.....	38
1.4.1 A neocolonização e as novas fronteiras econômicas da América Latina	41
1.5 AS FRONTEIRAS DA ERA NEOLIBERAL.....	45
2. A CONJUNTURA POLÍTICA DA VENEZUELA NO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ, OS PRECEDENTES DA CRISE ECONÔMICA E AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O BRASIL	49
2.1 AS RAÍZES DA DISPUTA DO PODER POLÍTICO NA VENEZUELA....	49
2.2 A VENEZUELA NA ERA DO PETRÓLEO.....	50
2.3 O PACTO DE PUNTO FIJO E A CONCILIAÇÃO DE CALSSES ASSENTADA NAS DIVISAS DO PETRÓLEO	53
2.4 O CARACAZO : UMA REAÇÃO INUSITADA ÀS REFORMAS NEOLIBERAIS.....	56
2.5 A ASCENSÃO DE HUGO CHÁVEZ FRIAS AO PODER CENTRAL NA VENEZUELA	57
2.6 O GOLPE DE ESTADO CONTRA HUGO CHAVEZ	60
2.7 A ASCENSÃO DE NICOLÁS MADURO	62

2.7.1	As relações comerciais entre Brasil e Venezuela antes e depois da era Chávez	64
2.7.2	A ampliação das relações comerciais entre Brasil e Venezuela durante o governo de lula no Brasil.....	66
2.7.3	A Venezuela no Mercosul.....	67
3	ASPECTOS MICROECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA	73
3.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E VENEZUELA	73
3.2	ASPECTOS LEGAIS DA FRONTEIRA BRASILEIRA	75
3.3	ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA REGIÃO DE FRONTEIRA DO BRASIL COM A VENEZUELA	77
3.3.1	Aspectos legais da fronteira venezuelana	79
3.4	A GEOGRAFIA DA REGIÃO DA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL.....	80
3.5	ASPECTOS MICROECONÔMICOS DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E VENEZUELA E OS IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA VENEZUELANA	82
3.5.1	O contrabando, o descaminho e o mercado negro na fronteira	85
3.5.2	As cidades receptoras dos produtos contrabandeados ou descaminhados	88
3.5.3	A crise no comércio de Pacaraima e em Santa Elena de Uairén	92
3.5.4	O mercado de trabalho em Pacaraima e Santa Elena de Uairén	95
3.6	OS EFEITOS DA CRISE VENEZUELANA NO FLUXO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL	98
4.	CONCLUSÃO.....	104
	REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A vida nas regiões das fronteiras internacionais é diretamente influenciada pela dinâmica política e econômica a que se encontram submetidas em razão da subordinação a um poder central que é de onde emana o exercício da soberania nacional. Essas fronteiras, são faixas territoriais extremamente sensíveis aos acontecimentos internos do país e onde esses exercem impactos mais imediatos em função dos contrastes de toda ordem que se manifestam em seus lados opostos.

Entender o processo de edificação das fronteiras internacionais no espaço geográfico e no tempo histórico, em suas variantes econômicas, sociais, políticas e culturais, assim como os impactos dessas variantes sobre as vidas dos habitantes dessas regiões como forma de delinear suas perspectivas de desenvolvimento constitui um grande desafio ao estudo científico. Os múltiplos fatores que ensejam tais variantes são extremamente complexos e suas interpretações são fortemente influenciadas por matrizes ideológicas diversas que raramente convergem para uma só análise mesmo quando se trata de temas bastante específicos.

Como vivemos em um período de reconstrução de paradigmas políticos no cenário mundial, os impactos das novas ideias que influenciam as políticas de soberania dos Estados são muito intensos nas áreas de suas fronteiras internacionais. As políticas internas voltadas para consolidar a posição de uma nação no cenário mundial e regional, positivamente ou negativamente, atingem as fronteiras de forma muito mais contundente. Somados a isso, os conflitos pelo poder político e pelo controle da produção da riqueza em que tais Estados encontram-se imersos, por sua vez, seja no plano interno ou no plano externo, também produz fenômenos localizados nas áreas de fronteiras internacionais cujos desdobramentos se refletem, também, de forma profunda nas vidas das pessoas que vivem em zonas de fronteiras.

A área da fronteira entre Brasil e Venezuela, objeto do presente estudo, é uma região onde reside e transita uma população na qual uma parte considerável vive da exploração dos antagonismos fronteiriços entre os dois países, sendo

fortemente impactada pela crise econômica venezuelana desencadeada a partir do ano de 2008. A princípio, o comércio das cidades gêmeas de Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela, favorecia-se de uma disparidade cambial entre a moeda dos dois países, ampliando suas vendas alicerçadas principalmente no turismo de fronteira. Mas, com a crise venezuelana, a desvalorização brutal do Bolívar Forte, a moeda venezuelana, corroe todas as vantagens obtidas nas transações comerciais legais, transferindo boa parte do volume do comércio transfronteiriço para o mercado marginal.

Dos problemas advindos com a crise da economia venezuelana, população fronteiriça se depara com diversas dificuldades emanadas de decisões do governo venezuelano que restringem o fluxo da renda e de comércio, afetando diretamente o modo de vida de venezuelanos e brasileiros que vivem na região. O rigoroso controle da distribuição de produtos de consumo básicos no território venezuelano passou a ser feito na fronteira, principalmente, para combater o contrabando de tais mercadorias que se tornaram muito escassas em todo o país, provocando a fuga de turistas brasileiros que se dirigiam ao país apenas para a compra desses produtos e a queda no volume do comércio de Santa Elena de Uairén, estimulando a atividade informal e o mercado negro.

É nesse contexto que o presente estudo analisa os impactos da crise econômica venezuelana sobre a zona de fronteira entre Brasil e Venezuela no período de 2008 a 2015. O recorte temporal diz respeito a um momento histórico da Venezuela marcado pelos impactos do declínio vertiginoso do preço internacional do petróleo, o principal produto de sua economia. Corresponde também ao período de declínio do regime político comandado pelo Hugo Chávez Frias que, ao ser eleito em 1998, foi o principal artífice da instauração da República Bolivariana da Venezuela, um regime político caracterizado por forte conteúdo nacionalista e pela implantação de políticas sociais amplamente voltadas para a população de mais baixa renda.

Esse período é caracterizado por uma forte disputa interna pelo poder político e econômico na Venezuela em que se colocam em lados opostos as forças políticas governamentais e pró-governamentais, comandadas pelo

chavismo, e as forças políticas de oposição alinhadas ao capital nacional e estrangeiro. Os desdobramentos da crise econômica provocada pela queda do preço internacional do petróleo e os efeitos da disputa interna pelo poder sobre a estrutura produtiva do país, atingindo proximidade ao colapso, irão contribuir para uma enorme instabilidade política e econômica nacional que afetará a vida dos cidadãos do país de forma geral e os habitantes da zona de fronteira de forma singular.

A morte de Hugo Chávez, em 05 de março de 2013, intensificou a disputa pelo poder político que em grande parte era contida por sua enorme liderança. Tal liderança havia sido confirmada por suas vitórias eleitorais em quatro eleições presidenciais e se fortaleceu entre as camadas mais populares da população venezuelana com a implantação de programas de governo voltados para o combate à pobreza. Esta havia alcançado índices alarmantes durante os governos anteriores, principalmente entre as décadas de 1970 e 1990, em que a Venezuela era governada por dois partidos tradicionais que se revezavam no poder desde 1958. Rafael Villa ressalta que:

O fato de Chávez chegar ao final de seu primeiro mandato com taxas de aprovação popular acima de 70% revela que o julgamento político do regime, que é considerado ineficiente e incapaz de alterar a situação venezuelana de país em desenvolvimento e com crônicos problemas de pobreza, não se estende à liderança de Chávez” (VILLA, 2005, p.55)

Apesar do enorme triunfo político de Chávez, a Venezuela não vivia uma situação política estável, sendo palco de intensas disputas entre governo e oposição que, em várias ocasiões, pressionaram o rompimento da ordem democrática. A liderança de Hugo Chávez não era suficientemente capaz de pacificar o país a ponto de garantir a estabilidade política do regime bolivariano. O choque de projetos políticos tão distintos, ainda que dentro dos marcos delimitados pelo sistema capitalista, conduziram oposição e governo para embates cada vez mais radicais que culminaram, inclusive, com o golpe de Estado contra Chávez em abril 2002.

A transição do governo de Hugo Chávez para o governo de Nicolás Maduro foi marcada por aprofundamento da crise provocada tanto pela ausência de uma liderança à altura de seu antecessor para resistir aos embates com a

oposição como também pelo maior desgaste da economia. Essa situação afetará as relações comerciais mantidas pela Venezuela com seus parceiros e, mais particularmente, sua economia nas zonas de fronteira.

O recorte geográfico corresponde a zona de fronteira entre o Brasil e Venezuela, com enfoque nas cidades gêmeas de Santa Elena de Uiarén, no lado venezuelano, e a cidade de Pacaraima, no lado brasileiro, mas também as regiões vizinhas, adentro do território de cada país, influenciadas pelas as relações fronteiriças. Em território venezuelano, a área de livre circulação transfronteiriça de pessoas se estende desde os marcos da fronteira com o Brasil até a alcabala de San Ignacio, um posto militar de controle de acesso, cerca de 50km depois de Santa Elena de Uairén, onde há uma rigorosa fiscalização de entrada de estrangeiros ao interior do país.

Do lado Brasileiro, essa área corresponde apenas ao espaço urbano do município de Pacaraima, que em direção a BR 174 até o posto militar de controle instalado na saída do município. Todavia, há enorme precariedade do controle de acesso aos estrangeiros em direção ao interior do país, fato que estende a influência das relações fronteiriças entre Brasil e Venezuela até a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima.

Os dados utilizados no presente estudo foram coletados em pesquisa bibliográfica, dados estatísticos de órgãos oficiais dos governos do Brasil e da Venezuela e observações em campo, levando em consideração os aspectos da vida prática dos cidadãos habitantes da área de fronteira assim como de atividades econômicas relacionadas ao objeto da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo estudo produz informações e análises que transitam em várias áreas do conhecimento, sobretudo as áreas das ciências humanas mais voltadas para a análise dos fenômenos políticos, sociais e econômicos.

O capítulo 1, refere-se a *Fronteira, Estado nacional e relações internacionais contemporâneas*, faz uma abordagem sobre a evolução das fronteiras ao longo da história e o papel exercido pelo poder político e econômico em seu processo de formação em concomitância com a formação e evolução do Estado nacional. São analisadas as características das relações internacionais contemporâneas no mundo e, especificamente, na América Latina, com foco nos

impactos políticos e econômicos nas fronteiras nacionais, levando em consideração os paradigmas de desenvolvimento adotado ao longo do século XX e XXI.

O capítulo 2, *A conjuntura política da Venezuela no governo de Hugo Chávez, os precedentes da crise econômica e as relações comerciais com o Brasil*, analisa os aspectos históricos, políticos e econômicos que envolvem a disputa pelo poder político na Venezuela e os fatores que ensejaram a ascensão e declínio do chavismo. Essa parte do estudo também avalia a posição que a Venezuela ocupa nas relações do cenário geopolítico, decorrente de suas estratégicas reservas petrolíferas, e quais os efeitos de tal posição em face do projeto de hegemonia das potências mundiais, considerando os impactos que tais relações produzem na macroeconomia do país e na vida de seus cidadãos em geral. Como sub tópico neste capítulo, foi feito um breve balanço da evolução das relações comerciais entre Brasil e Venezuela de forma que a análise venha a subsidiar o estudo do impacto dessas relações na zona de fronteira.

O capítulo 3, *Aspectos microeconômicos e sociais da região de fronteira Brasil-Venezuela*, trata de analisar quais são os impactos da crise da economia venezuelana na região da fronteira com enfoque nas particularidades que assinalam os efeitos nessa área territorial do país quando comparadas a outras regiões de ambos os países. Para isso, preliminarmente foi feita uma descrição geográfica da fronteira Brasil-Venezuela, determinando sua localização, extensão, aspectos de sua densidade demográfica e com propósito de situar o objeto da pesquisa dentro do espaço geográfico e analisar a ocupação da zona de fronteira com ênfase no desenvolvimento econômico e social.

Entender todo o contexto em que se reproduzem as tentativas de construção e desconstrução de um regime político com características singulares no subcontinente latino-americano é uma tarefa essencial para analisarmos os acontecimentos internos na Venezuela e seus reflexos nas relações comerciais e fronteiriças com os países vizinhos. Os efeitos desse processo se fazem sentir de forma distinta nos âmbitos macro e microeconômicos.

As oscilações no âmbito da produção econômica, do regime cambial, da política fiscal e das relações comerciais, se farão sentir de diferentes formas em todo o país e, com muitas peculiaridades, nas áreas fronteiriças com os países limítrofes, regiões geográficas mais sensíveis nas quais é possível fazer uma comparação direta quanto da saúde econômica nacional em relação aos países vizinhos.

Essas particularidades, foram avaliadas no âmbito das atividades econômicas desenvolvidas com mais ênfase na região da fronteira, sejam elas legais ou ilegais, em busca da compreensão de como os fatores relacionados as políticas cambiais, fiscais e de imigração de cada país limítrofe se repercute sobre a vida social dos habitantes da área objeto da pesquisa.

Em sede de conclusão, foram elencados os principais elementos que podem ser apontados como causa da crise econômica e política na Venezuela, enfatizando as vertentes de pensamento que melhor se enquadram na análise do fenômeno pesquisado sem pretender, entretanto, esgotar o debate e ao mesmo tempo contribuir com precedentes para estudos futuros mais aprofundados acerca do tema.

Capítulo 1

FRONTEIRA, ESTADO NACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

1. FRONTEIRA, ESTADO NACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

1.1 AS FRONTEIRAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO NACIONAL E MUNDIAL

Segundo Maristela Ferrari (2014), a palavra “fronteira” comporta múltiplas significações que transitam tanto em uma base física como abstrata. É, em geral, empregada para compreender as dimensões em que determinados fenômenos se manifestam, levando-se em conta os limites em que os processos a ele relacionados se desenvolvem. Assim, a palavra “fronteira” está associada a forma como determinadas características analisadas se distribuem no espaço territorial e quais são os fatores que estabelecem os limites entre os objetos de estudo dentro desse mesmo espaço.

Para Machado (1998) a palavra “fronteira” encontra ainda um significado distinto para diferentes povos e culturas, não representando a princípio nem a ideia de um espaço territorial legalmente definido e muito menos um conjunto de conceitos políticos totalmente delineados. Para este autor, a concepção de fronteira se forja em um processo concomitante a evolução das civilizações, cujas extremidades passam a desenvolver complexas relações. Na cultura britânica, a fronteira (*frontier* e *border*) representa um movimento de expansão territorial cuja dinâmica é determinada por fatores econômicos e políticos que produzem múltiplas interpretações no curso do tempo e na compreensão da configuração do espaço. Assim, segundo Albuquerque (2013), a palavra “*frontier*”, na língua inglesa, pode ser traduzida como o processo em que ocorre a expansão econômica e a construção do espaço geográfico dentro de um projeto de afirmação da soberania do Estado sobre o território nacional e a conquista de novos territórios, além dos limites nacionais historicamente definidos, por meio de uma política de dominação sobre tais regiões que passou a ser denominada de “colonização”.

Dentre as formas de conceber a fronteira, a sua conceituação político-jurídico assume uma importância crucial no sentido de compreender que é partir da delimitação de um espaço territorial em que um Estado exerce sua soberania, seu poder político e seu poder legal é que se originam todas as outras formas

dinâmicas de fronteiras, até mesmo as fronteiras definidas pelas comunidades internacionais que se destinam ao controle consensual de áreas da superfície da Terra não pertencentes a nenhum Estado . Isso ocorre porque as diferentes formas que as fronteiras assumem para expressar a expansão de determinado aspecto da atividade humana nos diversos territórios tem como marco inicial os limites políticos-jurídicos dos Estados. Assim, não haveria que se falar em fronteiras econômicas ou culturais se estas não fossem constituídas a partir de uma base concreta, seja nacional ou internacional onde se origina o embrião da expansão fronteiriça.

Ainda segundo Machado (2000), enquanto os limites de uma possessão ou Estado representam uma abstração do ponto de vista jurídico sobre os territórios nos quais exercem sua soberania nos campos da política e da diplomacia, as fronteiras pertencem ao “domínio dos povos”. O Estado ao buscar afirmar-se no controle do território onde exerce seu poder, necessita fixar limites claros e definidos em relação as nações vizinhas para que não seja ele violado por nenhum outro Estado em projeto de expansão. Os povos que vivem nas fronteiras buscam construir modos de vida cujas dimensões em muito ultrapassam os limites fixados pelos Estados.

No que concerne ao aspecto político-jurídico, Marcano (1996,) define a "fronteira linear" ou "fronteira política" como sendo resultado de um tratado internacional entre Estados vizinhos que se materializa através de linhas divisórias. Por outro lado, Pujol (1985), defende a ideia de que a fronteira possui um caráter espacial, significando uma faixa de território sem linhas rigidamente definidas que apresentam características socioeconômicas distintas do seu entorno, sendo por isso, regiões especiais na regionalização de um território cuja fixação de limites se dá também no campo abstrato.

Para Aubertin (1988), o estudo dos fenômenos fronteiriços possibilita a compreensão de uma vasta gama de problemas de aspectos teóricos e práticos de amplos alcances que permeiam a análise de como o espaço geográfico é ocupado levando em consideração os aspectos demográficos e a capitalização técnica, social, econômica e institucional no curso da história e em interatividade com as relações centro-periferia, nas quais busca-se transportar determinados

elementos consolidados nos centros para as bordas de um território em expansão.

Em Foucher (1991), a noção de fronteira está diretamente relacionada a estruturação do Estado moderno, a qual faz surgir estruturas espaciais de lineares cuja função será promover uma dissociação geopolítica em face de Estados vizinhos. Não apenas o espaço territorial é separado por uma linha divisória entre esses Estados, mas também esta linha configura-se em um limite dentro qual cada Estado esforça-se para manter os elementos específicos que caracterizam a nacionalidade que abriga.

1.2 TIPOLOGIA DAS FRONTEIRAS

E exatamente em função do dinamismo com o qual a fronteira é construída em seu aspecto concreto e concebida em seu aspecto abstrato, que a academia convencionou uma tipologia para classificar suas configurações de acordo com a percepção dos elementos reais e abstratos que a definem.

Independentemente das especificidades que as fronteiras possam apresentar nas diferentes regiões do planeta, alguns aspectos elementares podem ser observados em todas elas, fato que possibilita uma classificação genérica no sentido de facilitar a sistematização de seu estudo e compreender seus processos de desenvolvimento.

As tipologias das fronteiras permitem teorizar sobre as várias realidades fronteiriças, estabelecendo o enfoque de análise de acordo com as diferenças que se interpõem entre fronteiras quanto ao seu aspecto natural e artificial; quanto a acessibilidade, se abertas ou fechadas; quanto a conformação política e social; quanto a materialidade, se físicas e simbólicas e etc.” (ALBUQUERQUE, 2013).

No Brasil, por exemplo, há uma tipologia de fronteira que foi adotada pelo Ministério da Integração Nacional, por meio do Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, que cria as sub-regiões na Faixa de Fronteira, que corresponde a uma área que se estende desde a linha de divisa internacional com os países limites até 150Km em direção ao interior do território

nacional, classificando cada uma das sub-regiões de acordo com a organização sócio territorial que compreende.

Para efeito de estudo e planejamento das características gerais e específicas de cada uma das sub-regiões e as características o PPDDF estabeleceu uma tipologia dividida em dois grupos: Tipologia das relações interfronteiriças e Tipologia das cidades-gêmeas. Assim, no que concerne ao nível de desenvolvimento das relações interfronteiriças adotou-se a seguinte classificação: Margem, Zona Tampão, Frentes, Capilar e Sinapse (BRASIL, 2015). Quanto a Tipologia das cidades gêmeas, corresponde ao nível de integração de regiões de fronteira nas quais existem municípios cujos territórios fazem limites com os territórios de municípios de outros países, sendo estes classificados de acordo com o nível de integração socioeconômica que apresentam.

1.3 AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E O PROCESSO POLÍTICO

A relações fronteiriças são, por sua vez, fortemente determinadas pelos diplomas normativos editados pelos Estados, ainda que no espaço microrregional, que influenciam as operações econômicas e ditam as regras das relações comerciais estabelecidas. Não obstante a existência em muitos pontos do planeta de fronteiras com elevado grau de porosidade, as políticas fiscais, de câmbio e de imigração empreendida por cada um dos países dentro de suas fronteiras, de uma forma ou outra, produzem efeitos que são sentidos de forma direta pelos que habitam essas regiões.

Nesse contexto, a fronteira jurídico-política ainda assume uma dimensão de grande importância pois, apesar das inúmeras transformações pelas quais passam as relações internacionais, poucas são as regiões do planeta em que é livre o fluxo de pessoas entre as fronteiras dos países sem que haja um rigoroso controle do Estado. Todavia, o fluxo de mercadorias, serviços e capitais tem aumentado vertiginosamente compelindo os Estados a acordos que cada vez mais reduzem as dificuldades ao livre trânsito destes.

A dicotomia entre a soberania nacional e mundialização dos mercados traz à ordem do dia o debate sobre as perspectivas do Estado-Nação em face

do poder das forças internacionais. Entretanto, o Estado é a mola propulsora dos fluxos de riqueza no mundo, uma vez que somente ele pode canalizar os esforços de uma sociedade inteira para produzir a riqueza que abastece os mercados mundiais, sendo o desenvolvimento do mercado mundial dele dependente (MAGNOLI, 2003).

Ao mesmo tempo, a sociedade nacional modifica-se constantemente para se adaptar aos ditames impostos pelas relações mundiais para que não padeça no ostracismo. As regras de tais relações são interpostas por organismos mundiais comandados por nações hegemônicas que, todavia, necessitam da cooperação dos Estados nacionais para execução de suas políticas nos âmbitos regionais. Este é o entendimento esposado por Ianni, onde infere ser a sociedade global um produto de estreita relação com a sociedade nacional e a sociedade regional:

É claro que a sociedade global não se constitui autônoma, independente, alheia à nacional. A rigor, ela se planta na província, nação, região, ilhas, arquipélagos, e continentes, compondo-se com eles em várias modalidades, em diferentes combinações. Algumas das relações, processos e estruturas que constituem a sociedade global são desdobramentos do que ocorre no âmbito nacional. Inclusive as nações poderosas, complexas, desenvolvidas, dominantes ou hegemônicas incutem na sociedade global algumas das características e alguns dos movimentos desta. (IANNI, 2011, p.78).

Dessa forma, o ilustre autor nos remete a discussão sobre as perspectivas da construção de uma sociedade global cuja relação com o regional e o local são seus elementos essenciais como sustentáculos da nova ordem instituída e não elementos que venham a se opor a ela de forma generalizada.

O presente trabalho, com base nos conceitos desenvolvidos por Marcano e Foucher, utiliza o termo fronteira para designar uma região espacial onde se manifestam fenômenos políticos, econômicos e sociais não necessariamente fixados pelas divisas legais entre os países, ou seja, o Estado – Nação, mas abrangendo a área em que estes fenômenos se projetam para além das linhas divisórias como resultado da influência das próprias relações fronteiriças.

1.3.1 A evolução do Estado nacional e das fronteiras

As fronteiras ao longo do processo histórico assumiram diferentes formas de acordo com a evolução da sociedade e de sua organização política. A partir da criação do Estado, que compreende a criação de um conjunto de instituições de poder erigidas para exercer controle sobre as atividades sociais, a sociedade ingressou no estágio em que passou a ser politicamente organizada.

Existem muitas teorias que tratam de explicar o surgimento do Estado e a sua funcionalidade. Cada uma delas situa-se dentro de uma vertente de interpretação que está vinculada a correntes ideológicas ou são variantes das mesmas. Assim, para Hobbes e Locke o Estado compreende uma espécie de contrato social, construído por um pacto firmado entre os homens que buscam superar o *estado de natureza*, no qual a sociedade primitiva via-se mergulhada em sangrentos conflitos, visando alcançar o *estado civil* (WELFFORT, 2006). Para Marx (2004), o Estado compreende um instrumento de dominação da classe social detentora da propriedade dos meios de produção em determinada época inferindo que “O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”.

Independentemente da concepção adotada para conceituar o Estado, este, por sua vez, para se estabelecer e se consolidar necessitou de elementos básicos para sua constituição e entre esses o território é essencial. Assim, as fronteiras tornam-se regiões cada vez mais vinculadas à sociedade e aos espaços nacionais (AUBERTIN, 1998), sendo compreendidas, a princípio, predominantemente como os limites territoriais de um Estado.

Conhecer o próprio território assim como o território em sua volta, por fatores de segurança ou por interesse na exploração econômica dos recursos dos territórios vizinhos tornou-se, ao longo da história, uma prioridade para os chefes dos Estados que se formavam. Os acidentes naturais deveriam ser bem aproveitados para constituir verdadeiras fortalezas que favorecessem sua proteção e as fendas no território inimigo deveriam ser bem mapeadas para facilitar as expedições invasoras. As fronteiras se erguem nesse primeiro estágio da história humana com foco na guerra de conquista e no controle interno do território (LACOSTE, 1988).

1.3.2 As fronteiras da antiguidade e na idade média

Os Estados da antiguidade não apresentavam uma configuração de fronteira com ênfase nos limites geográficos precisamente delineados. Estes eram, antes de tudo, estabelecidos conforme uma complexa rede de relações que se configuravam de diversos modos através de um sistema de pressões, interesses econômicos e estratégicos. Essas relações evoluíram para uma forma mais avançada de domínio de territórios e culminaram na formação de sistemas imperiais que ao expandirem-se sobre vastas regiões passavam a fixar limites territoriais defensivos (ADAM, 2004). Esse período da história assinala uma era em que a noção de fronteira se caracterizava somente pela ocupação do espaço físico.

Na idade média, após a fragmentação do Império Romano, surgiu uma grande diversidade de reinados cujas fronteiras eram instáveis em consequência da enorme fragmentação do poder político. Os Estados bárbaros surgidos depois da queda de Roma, caracterizados sobretudo pela grande fragmentação territorial e disputas militares pela fixação das fronteiras de seus domínios, tinham o militarismo como principal instrumento de afirmação de poder e o advento de uma cultura guerreira e uma mentalidade bélica constituindo o alicerce básico da nova sociedade (COSTA, 1998).

Posteriormente, com a adesão dos chefes militares à vida civil, estes se transformaram em senhores feudais e desenvolveram poderes de controle quase ilimitado sobre as divisas de suas terras. Estas, não mais estavam apenas adstritas a um projeto de expansionismo militar amparado no saque de riquezas, mas a produção econômica propriamente estabelecida com base na mão-de-obra servil. Houve a evolução para o Estado patrimonial e absolutista cuja transformação permitiu o desenvolvimento de uma identidade espiritual de nação cuja essência era fixada na ideia de território físico e população (HARDT, 2010).

1.3.3 As fronteiras do Estado nacional moderno

Com a consolidação dos Estados nacionais, novos significados passam a ser atribuídos à noção de fronteira tanto no ambiente interno das nações como nas relações internacionais que se estabelecem.

A expansão das relações comerciais, sobretudo a partir das grandes navegações, vai ampliar a noção de fronteira para uma escala mundial e as trocas comerciais irão imprimir novos tipos de controle sobre as fronteiras físicas entre os países que não estarão mais restritas ao acesso de pessoas aos territórios. Com as novas descobertas, as políticas de controle de território não mais somente se limitavam a demarcação de divisas, mas também criar novas estruturas militares em postos avançados de controle e criar mecanismos de manter afastados os estranhos aos projetos de expansão (HUBERMAN, 2010).

A política expansionista das nações hegemônicas e a formação dos impérios coloniais trouxeram grandes desafios a fixação das fronteiras nos novos territórios disputados inicialmente pelas grandes potências marítimas. A primeira tentativa efetiva de fixar um marco divisório internacional no espaço geográfico mundial ocorreu ainda no ano de 1494 com a intermediação da igreja católica. Dois Estados católicos assinam o Tratado das Tordesilhas, no qual de acordo com ele, as terras situadas até 370 léguas a leste de Cabo Verde pertenciam a Portugal, e as terras a oeste dessa linha pertenciam a Espanha (TELO, 1996).

O ingresso de outras nações europeias na corrida marítima, entretanto, expôs a fragilidade de uma fronteira meramente convencional e instituída exclusivamente com base na ética do pioneirismo do desbravamento territorial. As novas fronteiras das terras distantes estabeleciam-se pela força da capacidade de controle militar, exploração econômica e densidade demográfica cuja combinação fazia-se necessário ao processo ao estabelecimento efetivo do domínio territorial. Holanda, França e Inglaterra passam então a figurarem como potências comerciais e intensificam a disputa pelo controle das regiões coloniais e pelo comércio mundial (HUBERMAN, 2010).

Uma série de novos fatores políticos e econômicos vão delimitando as fronteiras do novo mundo e a do velho mundo, estando eles tanto relacionados à administração política dos territórios colonizados como com os efeitos do

deslocamento das disputas na Europa para as terras além mar, todos eles associados ao impulso gigantesco do comércio internacional advindo com a acumulação de riqueza proporcionada da exploração das regiões colonizadas.

O capitalismo comercial, cuja fonte maior de toda riqueza era o comércio impositivo de mercadorias vendidas pelas metrópoles às suas colônias e outras regiões dependentes de suas mercadorias, através dos monopólios comerciais, dá lugar ao capitalismo industrial que substitui a imposição pela dependência dos produtos industrializados e de tecnologias. Ocorre uma expansão geográfica nas relações econômicas mundiais e uma concentração geográfica da produção nas grandes cidades industriais (HARVEY, 2006) redefinindo, novamente, as fronteiras internas e externas dos países.

Entanto, o evento histórico mais impactante no processo de consolidação do Estado-Nacional moderno foi a chamada Paz de Westfália. O acordo celebrado após a Guerra dos Trinta Anos não somente foi importante para o estabelecimento de um acordo de paz que pôs fim ao último grande conflito religioso da Europa, mas também lançou as bases para o reconhecimento jurídico da igualdade ente os Estados e, conseqüentemente a soberania nacional deles. Estava assim estruturada a bases legais para a sociedade internacional (MATIAS, 2015)

1.3.4 As fronteiras da industrialização

Na era industrial, inaugurada com a Revolução Industrial ocorrida em primeiro plano na Inglaterra, a concepção de fronteira assume predominantemente um caráter econômico para os dirigentes do Estado. O crescimento produção econômica em escala muito superior ao crescimento da população e a capacidade de consumo dos países que se industrializavam (Lessa, 2005), compelia os governos, sob pressão da nova classe social ascendente, a burguesia, a uma política expansionista alicerçada não mais somente no controle militar, mas sobretudo no investimento de capitais.

Embora o Estado–Nação tenha se consolidado e o próprio nacionalismo tenha sido um motivo aglutinador para isso, acentuando o espírito patriótico para

unificar nações com mesmas origens e costumes em único território, o interesse dos industriais em expandir seus negócios aos quatro cantos do planeta fez um mundo ingressar em uma nova fase de hegemonia política denominada imperialismo.

As fronteiras internacionais são redesenhadas no contexto de uma disputa por novos mercados que, para atender as necessidades dos industriais por novas fontes de matéria-prima, mão-de-obra e mercado consumidor, vai se tornando mais acirrada na medida em que novas potências industriais ascendem e ingressam no cenário mundial. A diplomacia multilateral serviu como ótimo instrumento para alcançar tal propósito, principalmente os acordos que emergiram do Congresso de Viena em 1815 e da Conferência de Berlim em 1885, estabelecendo novos marcos regulatórios no próprio continente europeu e nas regiões coloniais (MOITA, 2006). Uma nova forma de imperialismo se estabelece tendo por base não somente o exercício do poderio militar, mas também a criação de fortes vínculos de dependência das nações subordinadas ao suprimento de produtos industrializados e aos investimentos de capitais.

O inevitável choque de interesses entre as potências no fim do século XIX conduz a humanidade ao primeiro grande conflito global, denominado de a Primeira Grande Guerra e ao segundo e mais avassalador de todos, a Segunda Grande Guerra. A globalização do capital via o expansionismo impulsionado pelo colossal aumento da produção econômica na era industrial havia exaurido a eficácia dos instrumentos políticos mantenedores paz, conduzindo a humanidade a um sistema de monopólio emerso após as duas grandes guerras como observa Ruy Moreira :

A globalização do capital fecha o longo ciclo que se inicia com a criação das manufaturas, se desdobra na revolução industrial, passa pela fase do expansionismo e das duas grandes guerras que provoca e culmina com a dominação do mundo por um punhado de empresas transnacionais (MOREIRA, 2012, p.86).

Não obstante ao projeto expansionista das nações beligerantes objetivarem a o estabelecimento de amplos domínios territoriais, o que se assiste após o fim da Segunda Grande Guerra é a fragmentação dos grandes impérios

que tinham por base a primazia do domínio territorial. As fronteiras da Europa e de outras regiões do planeta foram reconstruídas a partir de vários tratados internacionais levando em consideração o elemento nacional na definição de seus limites, todavia foram estas mesmas nações despojadas da essência nacional em função de um projeto maior que culminaria na tentativa das potências hegemônicas em criar um Estado supranacional sob seus comandos na Europa e implementar uma política neocolonial no mundo subdesenvolvido (HOBBSAWM, 1995).

1.3.5 As fronteiras da Guerra Fria

A nova etapa que se abre na história mundial após o fim da Segunda Grande Guerra, denominada de “Guerra fria”, terá impactos profundos na configuração das fronteiras em várias partes do mundo.

A disputa pela hegemonia mundial entre as duas superpotências que emergiram como os principais vencedores da Segunda Grande Guerra coloca o mundo em uma nova disputa na qual as fronteiras entre diversos países são radicalmente modificadas em função da disputa entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA e o bloco socialista, liderados pela URSS.

Não houve confronto militar direto entre as duas superpotências mundiais, mas uma busca alucinada pela ampliação da influência política e econômica sobre vastas regiões ensejando intensas disputas principalmente na Europa, Ásia e África (CALVOCORESSI, 2011).

A princípio, o continente europeu é o mais impactado pelas mudanças decorrentes da Segunda Grande Guerra e do advento da Guerra fria. Os soviéticos, que já haviam anexado a Letônia, Lituânia e Estônia ainda no início da guerra, posteriormente, ao expulsarem as tropas alemãs dos países do leste europeu por elas ocupadas, instalaram nestes regimes políticos pró soviéticos, contando com o apoio das forças nacionais opositoras ao nazismo, unificando algumas nações sob um mesmo governo como foi o caso da formação da Tchecoslováquia, e adotando o modelo socialista como regime político e econômico (BRITES, 2012)

A Alemanha viu-se dividida por uma nova fronteira definida sobretudo pelo alcance das tropas aliadas ao fim da guerra e onde havia um único país surgiram dois. A cidade de Berlim, capital da Alemanha antes da guerra, foi dividida ao meio e sua parte oeste foi colocada sob o controle político das potências capitalistas e enquanto a parte leste ficou sob o controle soviético. Uma fronteira física foi erguida, o chamado muro de Berlim, símbolo maior da divisão do mundo entre países capitalistas e países socialistas.

Na Ásia, o principal palco das mudanças fronteiriças advindas com a Guerra fria foi a península da indochina e a península coreana. Nessas duas regiões foram marcantes a interferência dos EUA e URSS no sentido de ampliar ou manter o domínio territorial sob influência de suas ideologias e diretrizes políticas CALVOCORESSI (2011).

O Vietnã que havia sido área de dominação francesa antes da Segunda Grande Guerra, é a princípio dividido por uma fronteira que o divide em dois países pelo Acordo de Genebra em 1954. O Vietnã do norte, que recebe apoio soviético e o Vietnã do sul que recebe apoio dos EUA, travam o mais emblemático conflito militar no bojo da Guerra fria. A vitória do Vietnã do norte dá aos soviéticos uma supremacia na indochina, contribuindo para arrematar para sua esfera de influência outros países como Laos e o Camboja.

Também na Coreia, a disputa entre forças políticas alinhadas aos dois blocos se traduziu em um conflito que dividiu uma única nação em dois países e que foi separada por uma fronteira política fortemente militarizada imposta de acordo com os interesses das duas superpotências mundiais.

Já no Oriente Médio, a grande resistência ao modo de vida ocidental oferecida pela religião inviabilizava a construção de organismos políticos partidários de expressividade popular capaz de defender e implementar um modelo ideológico tanto do bloco capitalista quanto socialista. O poder encontrava-se de sobremaneira concentrado nas mãos dos grupos políticos vinculados a religião islâmica, sejam em quais forem seus segmentos, opondo-se fortemente a ocidentalização de suas nações.

A estratégia das superpotências para intervir nessa região focava-se, retoricamente, na defesa do nacionalismo por parte dos soviéticos e na defesa da democracia por parte dos EUA, por essa mesma razão essa região manteve certa estabilidade em suas fronteiras comparadas as outras regiões pois nessas circunstâncias os pequenos Estados encontravam muito mais vantagens para assegurar sua manutenção independentemente da força econômica, política ou militar que possuíam para se auto afirmar no cenário internacional (HOBSBAWM,1995).

1.3.6 A descolonização da África e as fronteiras da dominação

A colonização da África pelas potências europeias entra em declínio simultaneamente ao declínio dos países europeus colonizadores no cenário político internacional. A supremacia dos EUA e da URSS na disputa pela hegemonia mundial, ocupando o lugar dos europeus no sistema político mundial (Watson, 2004), faz do continente africano uma arena de disputa que despojará os antigos colonizadores levando vários países africanos a engajem-se em uma ferrenha luta em que os movimentos de libertação nacional lutam contra regimes colaboracionistas do imperialismo.

Inicialmente, a fixação das fronteiras africanas foi feita segundo os interesses das antigas potências coloniais que buscavam amoldar-se aos novos tempos da política internacional. Pressionadas tanto pelas superpotências mundiais como pelos movimentos internos de libertação, países como Inglaterra, França e Bélgica, que detinham o controle de vastos territórios na África, viram-se obrigados a concessão da independência política de suas antigas colônias.

Não obstante, mesmo abrindo mão do controle territorial direto de muitos territórios africanos, os países europeus que os colonizavam projetaram uma África descolonizada onde pudessem continuar explorando as riquezas do continente em parceria como governos colaboracionistas que agora dispunham de poder de barganha em face da intervenção dos EUA e da URSS no continente.

Assim, o território africano teve suas fronteiras remodeladas pelos antigos colonizadores e sob a supervisão das superpotências mundiais de forma a garantir seus interesses políticos e econômicos. Nesse prisma, Norman Lowe infere que:

O nacionalismo africano se espalhou rapidamente depois de 1945, porque mais africanos estavam sendo educados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, onde tomavam consciência da dominação racial. O colonialismo era considerado como humilhação e exploração dos negros pelos brancos, e os africanos de classe trabalhadora nas novas cidades eram particularmente receptivos às ideias nacionalistas. Os britânicos, principalmente os governos trabalhistas de 1945-1951, estavam dispostos a permitir a independência e confiantes que ainda conseguiriam exercer influência por meio de vínculos comerciais que eles esperavam preservarão incluir novos Estados como membro da Comunidade. Essa prática de exercer influência sobre as ex-colônias depois da independência por meio econômico é conhecida como *neocolonialismo* e foi muito difundida na maioria dos novos Estados do Terceiro Mundo (LOWE, 2005, p.538).

Essa nova estratégia de dominação resultou em grandes prejuízos para muitas nações africanas que tiveram fronteiras artificiais construídas e impostas pelos interesses alienígenas sem levar em conta os aspectos históricos, culturais e étnicos das diversas nações que habitavam o continente. O continente viu-se, nas décadas seguintes, mergulhado em violentas guerras civis motivadas pelas rivalidades entre os diversos grupos étnicos que se colocavam na disputa pela ampliação ou manutenção das fronteiras de territórios que não correspondiam a real ocupação pelos grupos que detinham o controle do poder político.

Esses conflitos tornaram-se fatores de grande enfraquecimento dos novos países surgidos com o processo de descolonização e a porta de entrada pela qual as potências estrangeiras continuavam a explorar as riquezas da África barganhando vantagens comerciais com os debilitados governos em troca de apoio militar e suposta ajuda econômica.

As novas fronteiras da África, dessa forma, se constituíram em um rearranjo cujo objetivo foi acomodar as novas relações de poder estabelecidas no cenário mundial ao plano local dentro do continente africano. Não se tratava mais tão somente de estabelecer o controle militar direto sobre um território, prática que no período colonial assegurava com eficiência o fluxo de riqueza para as metrópoles, mas sim de dar um papel geopolítico as novas fronteiras

desenhadas determinando o grau de influência que antigas potências coloniais teriam dentro de suas antigas em face do poder mediador dos EUA e URSS nesse novo cenário. Esse processo faz parte, segundo WATSON (2004), da quarta fase do surgimento da sociedade internacional, cujos desdobramentos não apenas atingiriam as fronteiras da África, mas daria um novo sentido as fronteiras de todo o mundo.

1.4 AS FRONTEIRAS DA AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

A América Latina, região que se estende desde a Terra do fogo no extremo sul do continente americano até a fronteira do México com os EUA na América do Norte, compreende um subcontinente cuja ocupação territorial e formação dos Estados nacionais ocorreram como consequência de um projeto expansionista do capitalismo comercial europeu (GALEANO, 2010) cuja continuidade encontrou grande óbice na emergência EUA, enquanto uma poderosa nação independente e nas lutas de independência das antigas colônias espanholas influenciadas pela nova potência do norte americana assim como pela Inglaterra.

Esses movimentos produziram uma a ruptura de um sistema colonial arcaico que não mais suportava a manutenção dos impérios coloniais que se viam impossibilitados de continuarem a exercer o rígido controle sobre as fronteiras de seus territórios. O crescimento da produção econômica, sobretudo na fase industrial, foi impulsionado por uma evolução tecnológica que sepultou o poder assentado em grandes contingentes militares e armas semi-artesanais dos antigos e imensos impérios coloniais, como Espanha e Portugal, e colocou as pioneiras nações industriais no comando do processo político internacional.

A vitória das treze colônias inglesas na América do Norte e a formação dos EUA, depois de uma encarniçada luta contra o despotismo inglês, fez surgir uma nova teoria expansionista que passou a ser empreendida pela nova nação ainda nas vizinhanças de seus territórios originais. Esse fenômeno foi descrito por Hardt (2010) como “tendência expansiva democrática”, que, segundo o mesmo autor, estava contida na formação de uma rede de poder, norteará e justificará a ação dos sucessivos governos dos EUA no movimento de

ampliação de suas fronteiras aos territórios adjacentes ao Oeste e aos territórios ao Sul, terras essas até então pertencentes à Inglaterra, França, Espanha e México.

Tais avanços sobre as fronteiras de outros países foi, na prática a consumação da doutrina do “destino manifesto”, expressão cunhada pelo jornalista John L. O’Sullivan, ainda em 1839, e que tinha como fundamento a missão divina dos EUA em se manifestar para o mundo como a nação defensora dos princípios que iriam reger o progresso da humanidade, justificando assim sua intervenção tanto nas regiões adjacentes da América do Norte como posteriormente no resto mundo, principalmente no subcontinente latino americano (OLÍMPIO, 2016).

O passo seguinte para a pungente nação do Norte, seria assegurar o controle e ingerência nas fronteiras do continente americano, banindo a possibilidade da emergência de um concorrente local e reduzir paulatinamente a interferência das potências europeias no continente. E isso ocorreu em um contexto em que seu poder estava em construção e ainda não se encontrava suficientemente forte para entrar em uma disputa direta com as potências europeias. Tal oportunidade surgiu por ocasião das guerras da luta de independência das colônias espanholas na América do Sul e com a conquista das terras do México. Nessa linha de análise Robert Kagan aponta que:

O jovem país exercia o poder contra os povos mais fracos do continente norte-americano, mas, quando precisava lidar com os gigantes europeus, declarava renunciar ao poder e tachava de atavismo a política dos impérios europeus dos séculos XVIII e XIX (KAGAN, 2003, p.13).

O passo seguinte para a pungente nação do Norte, seria assegurar o controle e ingerência nas fronteiras do continente americano, banindo a possibilidade da emergência de um concorrente local e reduzir paulatinamente a interferência das potências europeias no continente. E isso ocorreu exatamente por ocasião das guerras da luta de independência das colônias espanholas no continente Americano e pela anexação dos territórios mexicanos.

A luta das colônias espanholas pela independência ocorre com forte interferência da Inglaterra, principal potência na época, interessada no controle direto no comércio dessas regiões, mas também com o apoio dos EUA interessados em construir sua primazia do continente americano. Assim, as colônias espanholas da América do Sul, ao buscarem apoio da Inglaterra e dos EUA para derrotarem militarmente a Espanha, sujeitam-se às suas pressões que, ao final da guerra de independência, resulta na formação de uma região supostamente livre de dominação estrangeira constituída pelos fragmentos de vários novos Estados com múltiplas fronteiras interpostas.

O sonho de Símon Bolívar, o principal líder do movimento de independência, em construir uma única e forte nação naufraga em meio as estratégias geopolíticas traçadas pelas nações mais fortes para o recém liberto continente. Acerca da crise da divisão da Grã-Colômbia, que unia a Nova Granada e Venezuela em um único sistema de governo após a independência, na iminência da fragmentação e fragilização das regiões libertadas do jugo espanhol, o próprio Simon Bolívar Escreveu:

Por más que se quiera evitar este evento, todo conspira a cumplirlo. Muchos inconvenientes tiene em sí mismo; mas ¿quien puede resistir al império de las pasiones y de los intereses más inmediatos? Yo no veo el modo de suavizar las antipatias locales y de abreviar las distancias enormes. Em mi concepto, éstos son los grandes obstáculos que se nos oponen a la formación de um gobierno y un estado solo. Fórmense dos gobiernos ligados contra los enemigos comunes y clúyase um pacto internacional que garantisse las relaciones recíprocas: Lo demás hará el tiempo , que es pródigo em recursos (BOLIVAR,1991, p.161-162)

Após a independência da América Espanhola, com uma política expansionista agressiva aos seus vizinhos, os EUA garantiram já no ano de 1848 uma ampliação gigantesca de suas fronteiras territoriais. Após anexar o Texas por meio do estímulo a imigração de norte-americanos para a região e apoio ao movimento emancipacionista que se sucedeu, os EUA empreendeu guerra de conquista contra o México e tomou-lhe vastas áreas que somadas, já no ano de 1848, constituíam um território maior que as Ilhas Britânicas, França Alemanha e Itália juntas (HUBERMAN, 1987).

1.4.1 A neocolonização e as novas fronteiras econômicas da América Latina

A conformação de diversas nações independentes na América Latina após as primeiras décadas do século XIX não modificaria de forma substancial a condição de subordinação a que a região formada por esses novos países estava submetida durante o período colonial. Entretanto, as formas de domínio exercido pelas potências sobre a região iram se modificar substancialmente e deslocar as intensas disputas por fronteiras territoriais para uma disputa por fronteiras econômicas.

Se na virada do século XVII, enquanto as combalidas potências ibéricas apostavam o controle dos territórios coloniais por meio de sua ocupação por efetivos militares e a Inglaterra no século XVIII por meio do monopólio do comércio marítimo, os EUA fizeram da retórica da liberdade do comércio sua principal arma de penetração e controle dos mercados nas regiões anteriormente dominadas pelas potências decadentes e pelos ingleses no início do século XIX, como bem observa Leandro Karnal:

A partir da crença de que seu comércio era muito importante e totalmente necessário para os países da Europa, os norte-americanos passaram a tentar utilizar esse mesmo comércio como arma de guerra e moeda de troca em negociações (KARNAL, 2014, p.103)

A nova forma de domínio, que não mais se assentava em monopólios de fronteiras físicas, mas sim na criação de novas fronteiras econômicas calcadas em pesados investimentos de capital associado a atividade industrial, patrocinou certa estabilidade nas fronteiras políticas da América Latina, salvo as intervenções diretas das forças armadas dos EUA em alguns países da América Central e alguns litígios derivados de diferenças históricas não superadas.

O império Britânico foi aos poucos cedendo espaço para um império informal norte-americano que, já na segunda metade século XX, era capaz de integrar ao seu comércio internacional grande número de países e entre esses praticamente todos os países da América Latina em uma nova espécie de dominação caracterizada, primordialmente, por vínculos de dependência

econômicas dos países capitalistas atrasados em relação aos países capitalistas avançados:

Depois da Segunda Guerra Mundial, o império informal estadunidense se responsabilizou pela extensão e reprodução do capitalismo em uma escala mundial, com expressivo apoio de classes capitalistas estrangeiras. As ligações econômicas, políticas e militares mais fortes foram forjadas entre os Estados da América do Norte, Europa e Japão – os quais mais tarde viriam a ser designados como G-7 –, ao invés de com as antigas colônias e dependências do assim-chamado Terceiro Mundo (PANITCH, 2014,p.94)

Ao mesmo tempo em que as fronteiras políticas dos países da América Latina se tornavam fisicamente mais sólidas, quedavam-se economicamente mais vulneráveis aos propósitos das potências estrangeiras agora capitaneadas pelos EUA, que já na década de 1940 era o principal parceiro comercial dos países da região.

Um gradual processo de industrialização começa a ocorrer em alguns países da América Latina após a crise de 1929, que causou profundo impacto nas economias agroexportadoras e impulsionou um processo de industrialização dependente em alguns países denominado “substituição de importações”. A crise do modelo econômico liberal fez emergir o Estado como forte indutor da atividade econômica e este, com apoio do capital externo em vários países latino americanos, fez investimentos em pesada infraestrutura com a finalidade de criar condições para o estabelecimento de várias empresas transnacionais que iriam se instalar em diversos países do subcontinente.

A integração dos mercados dos países da América do Sul, sob o comando do grande capital, tinha como propósito reduzir os entraves fronteiriços que se interpunham ao comércio regional ampliando o potencial de exploração econômica desses países para pontos distantes de seus territórios até então inexplorados. Nesse contexto, observa Amado Cervo que:

Tanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento manifestaram interesses em apoiar estudos sobre oportunidades de ação integradora e em contribuir financeiramente para execução de projetos, caso os recursos fossem solicitados pelos governos (CERVO, 2007, p.171.)

A influência das potências capitalistas ocidentais, principalmente os EUA, sobre a economia da América Latina muito se aprofundou após o fim da Segunda Grande Guerra e durante todo o período da Guerra Fria. Com exceção de poucos países do continente, tais como Cuba, Nicarágua e El Salvador, a maioria deles permaneceu alinhado ao bloco capitalista e com ele manteve relações de permuta nas áreas políticas e econômicas.

A alocação de capital estrangeiro para a região se faz por meio de um endividamento externo sem precedentes e grande abertura dos mercados locais. Com isso, as grandes empresas norte-americanas absorveram as empresas latino-americanas e passaram a controlar majoritariamente a incipiente atividade industrial, promovendo uma grande expansão que se iniciou com a evolução da indústria de bens de consumo não duráveis para setores de bens de consumo duráveis até o advento da indústria automobilística (GONZÁLEZ, 1987).

Esse processo deu origem a formação de um seleto grupo de países cujas economias passaram a assentar-se na produção industrial, muito embora ainda dependente de capitais e tecnologias estrangeiras. Brasil, México e Argentina, dessa forma, passam a trilhar um caminho de desenvolvimento que produz desigualdades regionais nas relações comerciais em que alguns países tornam exportadores de manufaturas enquanto a maioria continua a operar com a exportação exclusiva de matéria-prima (CERVO, 2007).

Nas décadas de 1960 e 1970 a estratégia de controle dos mercados latino-americanos e a flexibilização das fronteiras econômicas do subcontinente experimenta um novo boom com a criação das organizações políticas econômicas multilaterais hipoteticamente forjadas para fomentar o comércio regional. O marco inaugural desse processo é a formação da Aliança para o Progresso, aglutinando as forças conservadoras e reacionárias sob a orientação política do governo dos EUA (IANNI, 1998).

Surgem também nesse contexto várias organizações como a Associação Latino América para o Livre Comércio (ALALC), o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) e, posteriormente no ano de 1991, se forma a mais expressiva organização econômica multilateral da América do Sul, o Mercado Comum do SUL (MERCOSUL). Essas organizações, antes de se constituírem

como mecanismos impulsionadores do desenvolvimento econômico latino-americano, prestam-se a patrocinar os interesses das grandes empresas transnacionais facilitando o trânsito de mercadorias e capitais entre as fronteiras dos países membros de forma a limitar os efeitos da ação tributária e fiscal dos Estados sob os investimentos realizados pelo capital estrangeiro.

Dessa forma, além de já contar com as tradicionais vantagens dos baixos custos das matérias-primas e mão-de-obra nos países subdesenvolvidos de forma geral, as empresas transnacionais se utilizam das plataformas industriais instaladas nos poucos países industrializados da América Latina, como Brasil, México e Argentina, para exportar bens industrializados aos países membros das organizações regionais com tarifas aduaneiras privilegiadas.

Esse processo culmina em um hiperdimensionamento dos mecanismos de dominação dos EUA e de outras potências capitalistas que passam a exercer controle dos vários setores da economia dos países da América Latina, de forma que as empresas nacionais passam a ser diretamente controlados pelo capital estrangeiro, via sua absorção pelas grandes transnacionais, e as poucas empresas nacionais de importância que resistem tornam-se apêndice da grande indústria estrangeira atuando como fornecedores de matérias-primas e serviços subsidiários. Acerca desses aspectos da economia latino-americana Ianni observa que:

Muitas organizações multilaterais ajustam-se a essas diretrizes, isto é, sevem a esses objetivos. Antes de mais nada, colaboram no sentido de despolitizar as controvérsias e contradições próprias da dominação exercida pelos Estados Unidos no continente. Além disso, podem sistematizar melhor, facilitar e impulsionar os interesses transnacionais das empresas norte-americanas. (IANNI, 1988, p.40).

A velha divisão internacional do trabalho, assentada na existência de dois grupos de países no qual as nações desenvolvidas exportam bens industrializados e as nações subdesenvolvidas matérias-primas, não foi alterada pelo processo de industrialização tardia de poucos países da América Latina. Antes disso, a produção industrial desses países é destinada inicialmente ao abastecimento do mercado nacional e dos países vizinhos, também subdesenvolvidos.

Embora ainda entre as décadas de 1970 e 1980 a transferência por parte dos países desenvolvidos de plantas industriais de bens de baixo valor agregado e baixo coeficiente tecnológico (Pochmann, 2000) para países do extremo oriente, possibilitaram o ingresso de países subdesenvolvidos ao clube de exportadores mundiais de bens industrializados, o mesmo processo não se observou na América Latina cuja a comercialização da produção industrial dos poucos países industrializados encontrava-se predominantemente restrita ao âmbito regional.

São fronteiras econômicas aparentemente construídas pelas nações latino-americanas partindo-se de vários acordos multilaterais. Todavia, a mobilidade territorial da produção e comercialização tem seus fluxos e limites definidos pelos países do Norte.

1.5 AS FRONTEIRAS DA ERA NEOLIBERAL

Embora o processo de integração da economia mundial venha de longa data, sobretudo a partir das grandes navegações empreendidas pelas potências marítimas europeia a parti do século XV, existe uma ideia informalmente convencionada no mundo inteiro que tal processo ocorrera somente a partir da Revolução técnico-científica na década de 1970. Todavia, apontando a mundialização do capitalismo como uma necessidade de sua própria existência, Marx já analisara esse fenômeno ainda no século XIX, conforme ressalta Haesbaert:

Karl Marx e Friedrich Engels no Manifesto Comunista já destacavam o caráter globalizador do capitalismo. O capital, em seu processo de reprodução, se expande tanto em profundidade - reordenando modos de vida e espaços já organizados e consolidados - como em extensão - através da incessante incorporação de novos territórios. Estes movimentos dialeticamente conjugados conduzem, tendencialmente, à produção de um espaço global (HAESBAERT, 2007, p.41).

Contudo, a partir de fins da década de 1980 vários acontecimentos históricos de grande relevância irão remodelar a configuração do cenário político e econômico mundial, produzindo efeitos impactantes nas fronteiras internacionais não somente em seus aspectos físicos como também nos

aspectos político-econômicos tanto no epicentro europeu como em todo o mundo. A existência de um modelo econômico antagônico, também mundializado, que até então se colocava como um obstáculo ao processo de expansão capitalista estava prestes a deixar de existir.

O colapso econômico-político da URSS e a crise do sistema socialista mundial conduziu os países do bloco socialista a um processo de restauração do modo de produção capitalista dando início ao surgimento de muitos novos países independentes e promovendo a reunificação da Alemanha, país central no cenário europeu, após a queda do muro de Berlim em 1989 cujo acontecimento foi símbolo maior de todo esse fenômeno. Contudo, embora a conversão dos antigos países socialistas ao capitalismo tenha ocorrido de forma pacífica, o rearranjo das fronteiras não o foi e muitos conflitos movidos por questões étnicas e nacionalistas irrompem na Europa contrariando a tese do “fim da história” defendida pelo economista político nipo-estadunidense Francis Fukuyama (VAÏSSE, 2013).

Na esteira da derrota do inimigo socialista, ocorreu o advento da doutrina neoliberal como corrente ideológica hegemônica no mundo capitalista norteando as políticas econômicas na maioria absoluta dos países. A nova ordem mundial que se estabelece, convencionalmente denominada de globalização, assenta-se na formação de um mercado global cujas fronteiras nacionais são fortemente flexibilizadas no que se refere ao trânsito de mercadorias e capitais. Esse fenômeno ocorre em uma etapa das relações internacionais que se desenvolve sob paradigma neoliberal e tem impulso também na América Latina a partir de meados da década de 1980 e se consolida na década de 1990 (CERVO, 2007).

Dentre os impactos produzidos nas fronteiras nacionais pelo novo modelo de desenvolvimento na América Latina, assiste-se o aprofundamento do processo de integração dos mercados regionais tendo por base novos acordos bilaterais e multilaterais englobando países até então resistentes a abertura de seus mercados e com certo grau de isolamento em suas economias.

A ampliação das relações econômicas proporcionadas não somente pelo aumento da exportação de bens de consumo entre os países membros de organizações econômicas multilaterais como o MERCOSUL, mas também pelo

incremento ocorrido nas transações financeiras entre empresas dos diferentes países em função da maior mobilidade de capital possibilitada por novas tecnologias de informação, permitiu um acréscimo significativo em investimentos na área infraestrutura de integração como bem observa Wanderley Messias da Costa:

Deve-se notar, entretanto, que nos últimos cinco anos o processo de integração regional tem passado por mudanças substantivas, dentre as quais podem ser destacados os novos elementos que compõem essa arquitetura. Dentre eles, merecem especial atenção os macro-projetos de integração física da região estruturados e implementados pelo IIRSA (Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana), os diversos empreendimentos de integração energética sob o impulso da iniciativa de governos e empresas e, finalmente, os fluxos de investimentos produtivos das grandes empresas privadas regionais e extra-regionais (COSTA, 2009 p.15).

Entretanto, esse aumento da integração física do território dos países da América do Sul proporcionado pela construção conjunta de estradas, pontes, redes de energia e etc., corresponde ao processo de adaptação do subcontinente na estratégia de expansão de capital aos moldes das especificidades regionais, ainda que tenham sido essas políticas alvos de críticas pelos governos constituídos pela oposição de esquerda que advieram em uma fase posterior, tais como os governos de Hugo Chávez, Lula, Nestor Kirchner na Venezuela, Brasil e Argentina respectivamente.

Capítulo 2

A CONJUNTURA POLÍTICA DA VENEZUELA NO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ, OS PRECEDENTES DA CRISE ECONÔMICA E AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O BRASIL

2. A CONJUNTURA POLÍTICA DA VENEZUELA NO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ, OS PRECEDENTES DA CRISE ECONÔMICA E AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O BRASIL

2.1 AS RAÍZES DA DISPUTA DO PODER POLÍTICO NA VENEZUELA

A Venezuela tem um histórico de disputas políticas internas bastante amplo desde a sua consolidação como nação independente até os dias atuais. Esse processo está diretamente as fases de desenvolvimento econômico percorridas pela nação, estabelecendo a hegemonia de um ou outro grupo político nos espaços do poder.

O primeiro ciclo econômico da Venezuela, após as guerras pela independência já por volta de meados do século XIX, tal como os demais países latino-americanos, assentou-se na produção de matérias primas agrícolas destinadas à exportação para o comércio mundial. Nessa fase, o poder econômico residia em mãos dos proprietários de terras, grandes produtores de café, cacau, algodão, tabaco, remanescentes da burguesia crioula que se assenhoram do poder político paralelamente a elite militar de forte tradição no país. Esse é o limiar do capitalismo venezuelano engendrado por uma nova geração de capitalistas com práticas muito mais avançadas voltadas para a inserção do país em um mercado internacional diferentemente das gerações provincianas remanescentes do passado colonial (RANGEL, 2003).

Essa fase também corresponde ao momento inaugural das fortes tensões entre as classes sociais em processo de consolidação, sobretudo as contendas observadas entre os trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terras em razão da posse e usufruto dessas. A reforma agrária já era nessa época pauta de reivindicação dos camponeses que viam suas terras serem tragadas pelos latifúndios, seja por meio da pressão de mecanismos de mercado obrigando os pequenos produtores rurais a venderem suas terras aos grandes proprietários sob pena de completa ruína ou seja pela força bruta.

Nesses tempos, por volta do fim do século XIX, a Venezuela, tal como os demais países da América Latina, não tinha um projeto de desenvolvimento que

levasse em conta as potencialidades tanto de seus mercados internos como do mercado regional latino americano. Países como Brasil, Argentina, Colômbia, México e todos os demais dedicavam-se a produção de gêneros agrícolas e minerais destinados à exportação para os países capitalistas mais avançados que utilizavam essas matérias-primas em sua produção industrial.

Essa fase corresponde a primeira etapa da DIT (Divisão Internacional do Trabalho) estabelecida no comércio mundial por interesse das nações hegemônicas calcadas na ideologia professada por inúmeros pensadores clássicos. Entre estes, destaca-se o pensamento de David Ricardo (1821) que elabora a chamada Teoria das vantagens comparativas para explicar, no Capítulo VII de sua principal obra, que as nações devem se especializar na produção de mercadorias cujos custos de produção fossem mais vantajosos para a nação produtora. Certamente, a teoria das vantagens comparativas de Ricardo não levava em consideração os efeitos do monopólio do comércio e da tecnologia pelos países mais avançados, inferindo que as nações desprovidas de tais recursos se restringissem a produzir e comercializar bens primários.

2.2 A VENEZUELA NA ERA DO PETRÓLEO

A segunda Revolução Industrial ocorrida em meados do século XIX despontou para o mundo novas tecnologias que revolucionaram o sistema produtivo. Entre tais tecnologias surgiu o motor a combustão, que permitiu revolucionar o sistema de transporte, sobretudo após a invenção do automóvel, e as novas matrizes energéticas que permitiam gerar energia muito mais constante e de fácil transmissão como a energia dos combustíveis fósseis que passaram a substituir outras fontes de energia que já apresentavam grande defasagem ou esgotamento de suas reservas naturais como o caso do óleo de baleia utilizado para iluminação (PIMENTEL,2011).

A princípio, a indústria petrolífera se desenvolveu com base nas ideias liberais do *laissez-faire*, mas esse tratamento dado a política de produção ao produto seria radicalmente modificado quando ocorre a formação dos grandes monopólios industriais, assentados no monopólio das tecnologias de prospecção e refino assim como na disponibilidade de capitais, e quando o petróleo assume

importância vital no concerne à segurança energética nacional demandando a intervenção estatal em suas políticas de produção e comercialização. Acerca desse aspecto Brito e outros asseveram que:

A dialética da segurança petroleira parte da tese que explica a meteórica ascensão do petróleo rumo ao topo da matriz energética mundial. Sua ampla disponibilidade, a preços competitivos e qualidades tecnológicas adequadas às necessidades energéticas da humanidade do século XX, fez que a “maior dependência do ao petróleo importado” garantisse mais segurança energética para as nações consumidoras. Nos países exportadores, a venda do petróleo também gerou a percepção de maior segurança. A exportação do recurso garantiu riqueza, opções de desenvolvimento, maior inserção global e influência política para as nações que seriam relativamente pobres sem o petróleo (BRITO, TLF, et al , 2012, p.27)

No início do século XX, a Venezuela ingressa no ciclo econômico do petróleo, cuja produção irá tornar-se o principal produto da economia e provocar forte redução da atividade produtiva em todos os outros setores da economia. À medida em que o petróleo ocupava posição central como fonte energética no mundo, mais e mais a Venezuela foi auferindo dividendos da produção petrolífera e dela tornando totalmente dependente sua economia. Embora a produção petrolífera tenha sido em princípio controlada por companhias transnacionais, sobretudo norte-americanas, tal fato não impediu que se desenvolvesse na Venezuela um segmento social privilegiado que passou a viver exclusivamente da renda gerada pelo petróleo (FERREIRA, 2012).

O advento do petróleo como principal produto de exportação da economia venezuelana, apesar de sua exploração requerer um grau incipiente de industrialização com a utilização de instalações e equipamentos industriais fixados nas áreas de prospecção, não trouxe um desenvolvimento econômico que possibilitasse o país a romper com o sistema de dependência caracterizado pelo enorme fluxo da riqueza produzida para os países capitalistas avançados.

Ao contrário, a riqueza continuou a fluir da Venezuela para os países centrais dentro de um sistema de acentuada dependência mantido por uma relação centro-periferia na qual o modesto progresso técnico produziria pouca alteração no sistema de exploração das riquezas dos países periféricos da América Latina. Nesse contexto, Raul Prebisch ao discutir o significado da

industrialização em relação aos países periféricos formula algumas considerações:

Em geral, o progresso técnico parece ter sido mais acentuado na indústria do que na produção primária dos países da periferia, como se destaca num recente relatório sobre as relações de preços.² Por conseguinte, se os preços houvessem caído em consonância com o aumento da produtividade, a queda teria tido que ser menor nos produtos primários do que nos industrializados, de modo que a relação de preços entre ambos teria melhorado persistentemente em favor dos países da periferia, à medida que se desenvolvesse a disparidade das produtividades. Se houvesse ocorrido, esse fenômeno teria tido um profundo significado. Os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países centrais, a baixa dos preços dos produtos finais da indústria. Desse modo, os frutos do progresso técnico ter-se-iam distribuído equitativamente no mundo inteiro, segundo o pressuposto implícito no esquema da divisão internacional do trabalho, e a América Latina não teria nenhum benefício econômico em sua industrialização. Antes, haveria uma perda efetiva, enquanto não se alcançasse uma eficiência produtiva igual à dos países industrializados (PREBISCH, 2000, p.80-81)

Essa situação conduziu a Venezuela, grande produtora de petróleo, mas dependente de tecnologias e capitais para sua exploração e refino, a um grau tão profundo de dependência em relação a matéria-prima que os efeitos resultantes disto no conjunto de sua produção econômica podem ser explicados pela denominada Maldição dos Recursos Naturais ou, mais especificamente, a Maldição do Petróleo. Em síntese, a MRN constitui um paradoxo entre o abundante ingresso de divisas gerado pela exportação de um único produto e o declínio da atividade manufatureira ocasionada pela baixa competitividade de outros segmentos da economia que são desfavorecidos pelas regras cambiais (PERIARD; LOSEKANN, 2012).

Um dos efeitos desse fenômeno é o chamado mal da “Doença Holandesa”, expressão criada na década de 1970 pela revista *The Economist* para se referir ao aumento substancial na receita das exportações holandesas em decorrência do aumento do preço do gás exportado pelo país. O ingresso de grande quantidade de divisas geradas pela alta demanda do produto no mercado internacional, fez com que o florim, a moeda nacional, obtivesse uma grande valorização cambial, mas, contudo, provocou declínio na capacidade de exportação do setor manufatureiro do país cuja demanda externa seguiam as tradicionais regras da concorrência do mercado internacional.

2.3 O PACTO DE PUNTO FIJO E A CONCILIAÇÃO DE CALSSES ASSENTADA NAS DIVISAS DO PETRÓLEO

O segmento social rentista ligado à burocracia estatal tornou-se de sobremaneira poderoso e concentrou grande parte da riqueza produzida pelo petróleo no país, aprofundando as mazelas sociais herdadas de outros ciclos econômicos e intensificando os conflitos de classe na sociedade venezuelana. Rangel, analisa a forma como o efeito dessa concentração de renda se reflete nas desigualdades sociais do país no ano de 1958:

La misión Shoup hizo em 1958 algunos hallazgos interesantes. El 12 por ciento de nuestras familias, descubrió esa misión, se adjudicaban el 40 por ciento de los ingresos creados em la economía venezolana. Entretanto el 45 por ciento de las familias existentes em nastro territorio apenas disponían del 9 por ciento de los ingresos efetivos. Esa desigualdade tan pavorosa, tiene pocos casos similares en escala internacional (RANGEL, 2003, p. 139)

Tal estado de coisas constituía um barril de pólvora prestes a explodir em uma sociedade que vivia um paradoxo colossal, qual seja, a miséria mais profunda da maioria absoluta da população pobre e trabalhadora do país em face da riqueza exuberante exibida pela classe rentista do petróleo. Esse conflito se materializaria de diversas formas nas primeiras décadas do século XX, principalmente através da instituição de ditaduras militares capazes de controlar as contendas advindas pelas insatisfações sociais geradas pela grande concentração da renda petroleira. Segundo o professor Rafael Lana Seabra:

O golpismo militar foi uma constante na primeira metade do século XX na Venezuela: general Cipriano Castro (1899-1908), general Juan Vicente Gómez (1908-1935), general Eleazar López Contreras (1936-1941) e Isaías Medina Angarita (1941-1945), a curta experiência democrática do triênio sob a presidência interina de Rómulo Bitencourt e da presidência de Romulo Gallegos (1945-1948) e, novamente, o general Carlo Delgado Chalbaud (1948-1950) e o general Marco Pérez Jiménez (1950-1958) (SEABRA, 2014 p.7).

Entretanto, no mundo ocidental fortemente influenciado pelo ideal libertário emanado das ideias iluministas e tendo como supostos defensores as potências capitalistas com grande poder de determinação sobre a política dos

países periféricos, regimes ditatoriais somente são tolerados enquanto não for possível conciliar os interesses das sociedades que governam com instrumentos institucionais aparentemente democráticos.

Essa política de conciliação foi instituída em 1958 através do denominada *Pacto de Punto Fijo* cujo teor estabeleceu um acordo entre os grupos políticos que disputavam o poder na Venezuela, excluindo os setores ligados ao movimento comunista, ao mesmo tempo em que instituiu uma política clientelista para o controle das massas populares assentada na concessão de subsídios estatais oriundos de recursos obtidos com a exportação de petróleo (VILLA, 2005).

Ainda segundo Villa (2005), na nova ordem política instituída na Venezuela, criou-se um sistema onde predominou um bipartidarismo representado pela AD (Acción Democrática) e o COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente) que sem muita distinção programática dividiram o poder controlando majoritariamente o poder legislativo, detendo 83% das cadeiras do parlamento nacional já no ano de 1973, e revezando-se no poder executivo federal até o ano de 1998.

Enquanto o resto do mundo via-se combalido pela crise econômica que se abateu na década de 1970 causada pela elevação do preço internacional do petróleo, a Venezuela favorecia-se de tal condição e desfrutava de uma certa estabilidade política assegurada pelas divisas internacionais obtidas da exportação do produto. Dessa forma, os partidos hegemônicos conseguiam garantir as altas taxas de concentração de renda nas mãos das elites venezuelana ao mesmo tempo em que concediam benefícios sociais em pequena escala para a população trabalhadora.

O aprofundamento da dependência econômica da produção petrolífera ocorrida nos anos de vigência do *Pacto de Punto Fijo*, dado ao alto valor da commodities exportada, causou estagnação em vários outros setores da economia por serem considerados de baixa produtividade e lucratividade. Tal fato teria repercussões catastróficas sobre a economia do país quando em determinados momentos o petróleo perdesse sua grande importância econômica.

Aconteceu que na década de 1980 uma nova crise se abate sobre o país que passa a conviver com uma queda drástica na receita nacional em função da paulatina queda no preço do petróleo. A crise foi ainda mais impulsionada pelas diretrizes políticas neoliberais emanadas nos países centrais voltadas para redução dos gastos estatais e redução dos custos com gastos de mão-de-obra com objetivo de financiar o pagamento da crescente dívida externa e interna em troca de empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Essa política levou o governo de Carlos Andrés Pérez a implementar diversos planos econômicos que impunham austeridade fiscal, privatizações, desvalorização da moeda nacional, arrocho salarial e cortes nos subsídios sociais patrocinados pelo Estado venezuelano à população mais pobre do país (DAMASCENO, 2015). Tal política resultou em um completo caos para a classe trabalhadora venezuelana, cujos empregos eram muito dependentes da economia estatal.

O impacto dessas novas políticas resultou em aprofundamento das desigualdades sociais do país e na intensificação da miséria da classe trabalhadora que viu ruir rapidamente o seu poder aquisitivo e sua qualidade de vida, apesar da manutenção precária do aparato de proteção social do Estado que minimamente atendia as necessidades básicas dos segmentos mais excluídos. Dessa forma, Damasceno (2015) analisa os efeitos dessas políticas no seio da população mais necessitada da Venezuela tem relação direta com o receituário neoliberal adotado pelo governo da época:

Em geral era um programa neoliberal que jogava peso de seus custos sobre as costas dos trabalhadores. É verdade que o governo criou um plano paralelo que previa subsídio aos produtos da cesta básica, construção de restaurantes populares e com isenção total para uma parcela dos usuários, programa de vacinação de estímulo à amamentação e de combate a enfermidades respiratórias e diarreia; apoio a microempresas e criação de uma comissão presidencial para a luta contra a pobreza, dentre outros, para atender às necessidades em caso de pobreza extrema. Ou seja, embora o pacote econômico do governo atingisse a todos os trabalhadores e aos setores pobres, o programa assistencial era destinado somente a uma parte daqueles que viviam em extrema miséria (Damasceno, 2015 p.86)

2.4 O CARACAZO : UMA REAÇÃO INUSITADA ÀS REFORMAS NEOLIBERAIS

Com efeito, vão irromper nas ruas inúmeras manifestações populares que inicialmente serão motivadas por fatores aparentemente desconexos da crise, suscitados por conflitos isolados entre segmentos sociais antagônicos, mas que rapidamente tomou corpo político e se converteram no estopim para uma das maiores insurreições populares ocorridas na Venezuela em tempos de democracia, o denominado Caracazo iniciado em 27 de fevereiro de 1989.

Os impactos do Caracazo na vida política Venezuela são até hoje sentidos e pressionam os sucessivos governos desde a época a agirem com certa cautela em relação algumas questões que envolveram o episódio. A população pobre desceu dos *cerros* e os *ranchos*¹ de Caracas para se manifestar contra as medidas neoliberais de Carlos Andrés Perez, sendo fortemente reprimida por seu aparato policial com o resultado de aproximadamente na morte de 300 civis (VILLA, 2005) no primeiro dia. Muitos combates se sucederam depois da primeira grande repressão e as ruas da cidade de Caracas foram transformadas em um verdadeiro campo de batalha tomadas por barricadas, saques e por um colapso total das redes urbanas, com a ampliação da repressão que, segundo Colmenarez (1989), resultou na morte de mais de 2000 pessoas até que forças do governo conseguisse reestabelecer o controle da cidade.

A instabilidade política resultante do desastre que resultou no Caracazo fragilizou o governo de Carlos Andrés Perez que passa a enfrentar forte oposição advinda de todos os setores da sociedade, cuja situação foi imensamente agravada por denúncias de corrupção. Dentre os setores de oposição, destaca-se um segmento militar liderado pelo tenente coronel Hugo Chávez Frias que intenta um golpe de estado em fevereiro de 1992, mas é derrotado.

Apesar da derrota de Chávez, a fragilidade do governo de Perez é tamanha pois, não dispendo mais de capacidade em controlar as tensões nacionais e colocando a elite dirigente em constante perigo de sublevação,

¹ Nome que designa o mesmo que as favelas que ocupam áreas ao redor da zona urbana de Caracas, nas encostas das partes elevadas da cidade.

perdeu apoio de sua base de correligionários e foi afastado da presidência do país no ano de 1993 sob a justificativa de comandar grande esquema de corrupção.

2.5 A ASCENSÃO DE HUGO CHÁVEZ FRIAS AO PODER CENTRAL NA VENEZUELA

A inépcia dos partidos políticos tradicionais em face do colapso sofridos por seus governos em tempos anteriores, principalmente o AD e a COPEI, conduziram a Venezuela para um caminho mais à esquerda tendo o ideal nacionalista como a principal bandeira dos grupos políticos emergentes e entre eles o grupo político liderado por Chávez que venceria a eleição presidencial de 1998 como constata Amado Cervo:

A vitória de Hugo Chávez Frías nas eleições presidenciais de dezembro de 1998 pôs fim à dominação de quarenta anos dos dois partidos conservadores tradicionais, inaugurando um outro modelo político caracterizado pelo nacionalismo social, distinto do conservadorismo tradicional e da malograda experiência neoliberal recente (CERVO, 2007 p.163).

O regime chavista adotou uma política de conteúdo nacionalista e de fortalecimento do poder estatal, combinado com uma forte personificação na figura de Hugo Chávez (VILLA, 2005). A retórica socialista se conformou em uma das bases ideológicas do chavismo associado ao bolivarianismo, resgatando ideais nacionalistas fortemente arraigados na sociedade venezuelana explorando a imagem do maior herói nacional do país, Simon Bolívar. Contudo, o sistema político e econômico inaugurado na era Chávez, o chamado “socialismo do século XXI”, ainda estava muito distante do que fora os regimes instalados no chamado socialismo real ou até mesmo o já tão reformado socialismo cubano. Ainda assim, o regime chavista se construiu em conformidade com as exigências históricas da sociedade venezuelana e se revestiu de alguns aspectos peculiares se comparados a outros modelos já adotados na América Latina.

Destaca-se nesse cenário, portanto, uma forte intervenção política e econômica do Estado na sociedade, sob a bandeira retórica do socialismo, e na

contestação das estruturas democráticas institucionais e tradicionais do capitalismo como instrumentos de mudança, apoiados na participação política das massas populares em organismos partidários que lhe deram sustentação. Sob esse fenômeno assevera Mézarós:

É completamente impossível estar empenhado hoje na grande tarefa histórica da erradicação do capital, orientada positivamente para um futuro sustentável, sem activar todos os recursos do espírito de *determinação radical*, em consonância com as exigências da nossa época, como Bolívar fez da forma que pôde de acordo com as circunstâncias do seu próprio tempo. É de facto verdade que chegou agora a altura para a realização dos objectivos bolivarianos na sua perspectiva mais lata, como o Presidente Chávez tem vindo a defender há algum tempo. É por isso que os propagandistas do capitalismo que usam a expressão *projecto bolivariano* entre sarcásticas aspas fazem apenas figura de tolos. A *continuidade histórica* não significa uma repetição mecânica mas uma *renovação criativa* no sentido mais profundo do termo (MÉZAROS,2006).

É exatamente essa característica ambígua do projeto bolivariano de Chávez, que tenta conciliar práticas progressivas de um socialismo reformista com a manutenção de velhas estruturas do sistema capitalista, o seu ponto mais vulnerável e que suscitava graves conflitos com os setores da sociedade que ainda detinham expressivo poder econômico.

Em comparação aos demais países latino-americanos, existia na Venezuela uma elite econômica rentista e de alto padrão de consumo, há muito inserida no mercado global por meio de aplicações no setor financeiro, que se favoreceu por várias décadas dos lucros da exportação petrolífera do país. Segundo o professor Carlos Aguiar Medeiros, ao fazer uma análise atualizada da obra de Celso Furtado, “El Desarrollo reciente de la economía venezolana”, publicada em 1957, esse processo se explica da seguinte forma:

Os recursos financeiros excedentes do setor petróleo que permaneciam no setor privado eram transformados na compra de ativos fixos e financeiros no exterior, preferencialmente nos EUA. Por este terceiro efeito, a economia venezuelana arriscava-se a transformar-se em uma economia subdesenvolvida, porém exportadora de capitais, formando em consequência uma classe de “rentistas com um peso social cada vez maior” (Furtado, 1957, p. 27). Esta classe era formada pelos detentores das rendas do petróleo (nacionais e internacionais), os bancos e intermediários financeiros, os prestadores de serviços e as famílias com ativos em dólares (MEDEIROS,2008).

Segundo Kátia Alves Fukushima (2010), insatisfeitos com os rumos da política econômica do país sob as novas diretrizes do regime bolivariano, entre os setores mais conservadores, "... foram os setores econômicos (empresariado e entidades sindicais), eclesiástico e militar, além dos meios de comunicação, que tomaram a frente de processo de oposição a ele.". Dessa forma, entre os setores conservadores que buscavam restaurar privilégios econômicos e os setores classistas e partidários que buscavam restabelecer seus espaços políticos, formou-se uma ampla coalizão que passou a empreender uma forte ofensiva no sentido de promover o desgaste do governo de Hugo Chávez.

A luta política pelo poder na Venezuela também transcendeu as fronteiras nacionais gerando apoios e repúdios de vários atores do cenário internacional, tanto em favor do governo bolivariano como em sua oposição. O regime chavista, ao mesmo tempo em que se indispôs diplomaticamente com os EUA, deu início a construção de uma rede de alianças envolvendo diversos países que antes não faziam parte do rol da diplomacia venezuelana. É um processo no qual "desde a eleição de 1998, o presidente Hugo Chávez vem tentando criar modelos de política e economias próprias e desafiar o domínio dos EUA na região e no mundo" (MCCOY,2011). Nesse contexto, buscou aproximação com países latino-americanos cujos governos são dirigidos por partidos de esquerda e países de outras regiões do planeta que se opõem de alguma forma a hegemonia norte-americana. Cuba obteve enorme destaque nas relações político-diplomáticas com o governo Chávez, fato que despertou temor e ódio por parte dos setores mais conservadores da sociedade venezuelana.

Conforme o choque de interesses entre governo e oposição se intensificava, mais radicais se davam as suas ações políticas. As medidas de estabilização política e econômica do governo, que ensejaram ruptura com o poder constituído das elites, foram o estopim do confronto direto. Essas medidas, aplicadas por meio do *Programa Económico de Transición 1999-2000*, faziam parte de uma estratégia de governabilidade na qual "O jogo combinado era um programa econômico ortodoxo de curto prazo, a rearticulação do cartel da OPEP e um plebiscito para a convocação de uma nova assembléia constituinte" (BARROS, 2006), de forma que neutralizasse o controle da burocracia que dominava o Estado nas décadas anteriores.

2.6 O GOLPE DE ESTADO CONTRA HUGO CHAVEZ

O efêmero golpe de Estado intentado contra o presidente Hugo Chávez em abril de 2002 foi a reação mais audaciosa por parte da oposição e uma resposta aos decretos editados por Chávez em 13 de novembro de 2001, utilizando-se dos poderes constitucionais conferidos ao presidente pela Lei Habilitante. Essa lei tratava-se de dispositivo inserido na nova Constituição Bolivariana dando poderes ao presidente para promulgar decretos com força de lei sobre setores prioritários da economia nacional. Esses decretos atingiam diretamente os setores mais privilegiados da sociedade Venezuelana e tinham por objetivo fortalecer o poder do governo em face do enfrentamento com a oposição. Sobre o interesse e o posicionamento dos EUA acerca do golpe, David Harvey infere que:

O golpe que derrubou o presidente venezuelano Hugo Chávez em abril de 2002 foi recebido com euforia em Washington. O novo presidente – um homem de negócios – foi instantaneamente reconhecido, e exprimiu-se a esperança de que voltassem ao país a ordem e a estabilidade, criando assim a base para um sólido desenvolvimento futuro (HARVEY,2013 P.17).

Ainda depois do fracasso do golpe de Estado, reconhecido imediatamente pelo governo dos EUA, a oposição primou direcionar sua luta por meio da sabotagem econômica, sobretudo com a paralisação da produção na empresa petrolífera PDVSA conhecida como *Paro Sabotage Petrolero* (FUKUSHIMA, 2010). Toda a disputa interna se dá em uma época de total hegemonia dos ideais neoliberais. Estas se estabelecem como grandes axiomas que orientam as políticas econômicas dos governos dos países periféricos no sentido de subordiná-los às leis de mercado, criadas em conformidade com os interesses dos grandes conglomerados econômicos sediados nas potências centrais. Analisando a forma como se estabelece a supremacia das ideias neoliberais Perry Anderson acrescenta que:

Todos os mercados, em todos os tempos, são construídos e regulados politicamente: A única questão pertinente é que tipo de política os

molda e determina. O neoliberalismo busca impor sua Grande Transformação (para usar a fórmula cunhada por Karl Polanyi). O protecionismo torna-se um privilégio reservado ao Norte, enquanto no Sul é visto como uma infração fundamental às leis da economia sã (ANDERSON, 2004 p.6).

Os efeitos dessas políticas ao longo do tempo vêm colaborando para o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e intensificando conflitos no interior da sociedade venezuelana principalmente a partir da década de 1980. Dessa forma, as regras de inserção subordinada no mercado global criam mecanismos de transferência da riqueza nacional venezuelana para as organizações econômicas sediadas nos países centrais e mecanismos de concentração de parte dessa riqueza nas mãos das elites nacionais colaboracionistas desse processo.

Este sistema, ao ser enfrentado pelo regime bolivariano, que tenta instituir novos instrumentos de distribuição da riqueza nacional e novas vias de cooperação internacional sem romper definitivamente com a estrutura do sistema capitalista, produz reações que se operam nos mais diversos campos da sociedade venezuelana.

Nesse compasso, Pennafort avalia que a formação de movimentos antissistêmicos que atuam em combate aos projetos de hegemonia sofrem severas retaliações que se processam por via de instrumentos econômicos e políticos, que ainda se encontram sob o controle dos correligionários do sistema vigente, inferindo que:

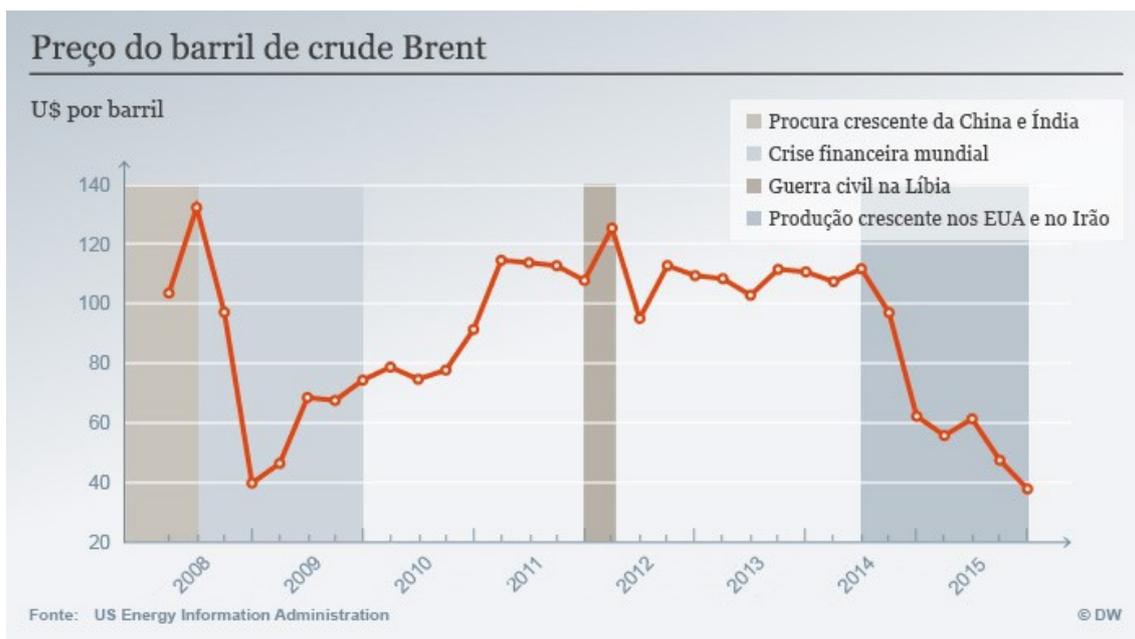
Quando um governo ousa e consegue se desenvolver de maneira antissistêmica, sofre as formas de atuação para que seu processo entre em colapso. Na história mundial⁴¹ inúmeros países tentaram caminhar fora dos “trilhos” colocados pela atuação da força sistêmica. Para tais países que conseguiram a sua “autonomia” inicial, logo as “contradições” começam a surgir e não conseguem manter seu processo antissistêmico.

Eles sucumbem depois de uma ampla rede de atuação contra antissistêmica que engloba desde os tradicionais apoio a golpes políticos até os consagrados embargos econômicos (PENNAFORT, 2014 p.61).

2.7 A ASCENSÃO DE NICOLÁS MADURO

No último ano do governo de Hugo Chávez, antes de sua morte em março de 2013, a Venezuela assiste ao esgotamento do regime bolivariano em face de todas as pressões sofridas no âmbito político interno e externo. A queda brusca da receita do país em decorrência da redução do preço internacional do petróleo, retira por completo a capacidade do governo gerenciar os conflitos internos auferindo vantagens políticas. A falta de divisas se reflete na ausência de dinheiro para custear as importações de bens básico e insumos dos quais a Venezuela é extremamente dependente. Uma aguda crise de desabastecimento passa a assolar o país e nesse contexto alguns setores de oposição, que controlam determinados setores produtivos, boicotam qualquer iniciativa do governo para tentar equacionar os problemas crescentes.

No gráfico a seguir, evidencia-se que em apenas um ano o preço internacional do petróleo cru, que compõe majoritariamente a exportação da Venezuela, despenca do valor de aproximadamente US\$ 140,00 para apenas US\$ 40,00 somente em um ano entre o período de 2008 e 2009. Apesar da breve recuperação entre os anos de 2011 e 2012, volta a cair ainda mais em 2015 a números inferiores a junho de 2008, ou seja, abaixo dos US\$ 40,00:



Nicolás Maduro, após breve período de interinidade no comando do país, assume a presidência da República Bolivariana da Venezuela em 14 de abril de 2013 com a difícil tarefa de dar continuidade ao projeto bolivariano de desenvolvimento nacional, sob o lema de “socialismo do século XXI”, em meio a esse turbilhão político. Sua ausência de liderança e a vitória eleitoral por uma baixíssima margem de votos, vencendo a eleição com 50,75%, dos votos contra 48,97% do candidato da oposição, Capriles Radonski ², aumentaram ainda mais a fragilidade do regime bolivariano já em vias de total declínio.

O aprofundamento da crise econômica, política e social na Venezuela, que já no ano de 2014 passa a enfrentar gigantescas manifestações de massa nas ruas das maiores cidades do país motivadas principalmente pelo desabastecimento em relação aos produtos básicos de subsistência, conduz o governo de Nicolás Maduro a uma política de conservação de poder amparada na forte repressão dos movimentos populares e na ausência de liberdades políticas. A democracia, ainda que no governo de Hugo Chávez apresentasse inúmeras deficiências, é no governo Maduro fortemente atacada.

² La Republica - Elecciones en Venezuela: Nicolás Maduro fue proclamado como vencedor. Disponível em: [venezuela-nicolas-maduro-fue-proclamado-como-vencedor](#)> Acesso em: 10 de abril de 2016.

Embora as eleições na Venezuela tenham transcorrido de forma regular, segundo alguns organismos internacionais de observação e governos de diversos países, a liberdade de expressão se constitui o calcanhar de Aquiles da democracia venezuelana. Para Dahl (2001), a liberdade de expressão é um dos seis requisitos fundamentais da democracia além de outros como um governo eleito, eleições livres, autonomia das associações civis, fonte diversificadas de informação e a inclusão social.

O que se observa, portanto, no governo de Nicolás Maduro e que o ataque a democracia representa uma estratégia de conservação de poder em mãos de um grupo político cujas bases de apoio já foram completamente corroídas pelos desgastes produzidos pela crise política e econômica do país. Nesse ensejo, além de intensificar controle sobre os meios de comunicação de massas, algumas lideranças opositoras ao governo central, como o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, é preso em uma demonstração de intolerância para com os grupos políticos que foram denominados de conspiradores pelo presidente Nicolás Maduro que declara perante na imprensa nacional tratar-se de uma política de pacificação do país:

"O senhor Antonio Ledezma que hoje foi capturado por ordem do Ministério Público e vai ser processado pela Justiça venezuelana para que responda por todos os delitos cometidos contra a paz do país, a segurança, a Constituição", afirmou Maduro. "Peço o apoio de todo o povo para consolidar a paz, já basta de conspirações".³

2.7.1 As relações comerciais entre Brasil e Venezuela antes e depois da era Chávez

Historicamente as relações políticas e comerciais entre Brasil e Venezuela sempre foram exíguas. Os dois países, desde o início de suas ocupações por parte dos colonizadores faziam parte de impérios coloniais da Espanha e de Portugal e, nesse período, tinham como função exclusiva prover suas metrópoles de matérias-primas tropicais.

³ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150219_prefeito_venezuela_preso_rm

Tanto a disputa Inter imperialista do período colonial da época como a ausência de complementaridade entre as economias do Brasil e da Venezuela, que produziam os mesmos tipos de produtos, corroboravam para que se mantivessem equidistantes. Esse quadro se mantém posteriormente a independência em relação as suas metrópoles, caracterizando também o período que vai até o processo de industrialização tardia experimentado em graus diferentes por ambos os países.

Segundo o professor Dr. Haroldo Amoras dos Santos, o cenário em que Brasil e Venezuela, no que tange as relações internacionais, estavam de costas viradas um para o outro durante a maior parte de suas histórias, era fomentado pela cautela dos países sul-americano em relação a hegemonia do Brasil no subcontinente e pelo fato da Venezuela privilegiar suas relações com os países centrais e países de polos regionais distintos e mais distantes da zona econômica do interesse brasileiro:

A análise da dimensão político-institucional revela Estados nacionais que se mantiveram politicamente distantes entre eles por mais de um século, apesar da definição dos limites de suas fronteiras em 1859, de forma tranquila, diplomática. A Venezuela manteve-se ao longo de toda a sua história republicana voltada para os Estados Unidos e Europa, e, na esfera regional, para os países andinos. O Brasil, em outra escala, em relação aos vizinhos, concentrou-se nas fronteiras platinas, optando pela ambigüidade em relação aos demais quanto ao exercício de hegemonia "natural" em razão do tamanho de seu território, da sua população e de sua economia (SANTOS,2012 p.348).

Ainda é importante ressaltar que a própria formação econômica do Brasil e da Venezuela traz como característica a concentração territorial do desenvolvimento em pontos opostos de seus territórios. Enquanto o Brasil apresenta uma densidade demográfica e econômica concentrada no centro-sul de seu território a Venezuela concentra tais aspectos no norte do país, ao longo de sua região litorânea. Isso faz com que a zona de contato entre a fronteira dos dois países seja marcadamente inexpressiva do ponto de vista de suas economias nacionais embora, dispusessem de grande abundância de recursos naturais.

Entre os dois países, situa-se a imensa região amazônica, com seu território ainda pouco habitado e em grande parte inexplorado, constituindo

cenário de geopolíticas nacionais que nem sempre estiveram voltadas à integração regional. Dessa forma, “No que diz respeito aos fluxos comerciais entre Venezuela e Brasil eles permanecem concentrados no eixo Rio-São Paulo-Caracas” (SANTOS, 2012).

A aproximação mais efetiva entre os dois países, inicialmente no campo diplomático, somente viria a acontecer durante a época dos governos de Itamar Franco e Rafael Caldera, respectivamente presidentes do Brasil e Venezuela no ano de 1994. Nesse ano ocorreu um encontro presidencial no qual os dois presidentes firmaram o chamado Pacto de La Guzmania, firmando alguns acordos que se destacaram “iniciativas em matéria de integração física, energética, desenvolvimento fronteiriço e cooperação em meio ambiente e outros campos” (GALVÃO, 2011).

As relações comerciais com o Brasil se ampliam no cenário em que o regime chavista busca construir uma ordem internacional multilateral e trabalha pela legitimação política interna e externa de seu governo. Esse projeto foi favorecido pela ascensão de governos comandados por partidos de esquerda na América do Sul, cujas bases políticas estavam amparadas em fortes movimentos sociais. Para Perry Anderson, tal processo resultou de lutas de resistência empreendidas pelos movimentos sociais mais radicais contra a vontade da potência hegemônica, avaliando ainda que :

O ciclo popular mais recente, que começou com a revolta zapatista em Chiapas, já viu a chegada de Chávez na Venezuela, as vitórias de Lula da Silva e de Nestor Kirchner no Brasil e Argentina, respectivamente, a derrubada de Sanchez Losada na Bolívia e as explosões sociais repetidas no Peru e no Equador (ANDERSON, 2004, p.47).

2.7.2 Ampliação das relações comerciais entre Brasil e Venezuela durante o governo de Lula no Brasil.

A eleição de Lula para presidência do Brasil ao fim do ano de 2002 se encaixa perfeitamente ao projeto de Hugo Chávez, construir um arco de aliança regional para fortalecer seu regime e, ao mesmo tempo, ampliar relações comerciais para atender as necessidades de importação do país em face de um novo parceiro com um imenso potencial econômico e grande diversidade

produtiva. O estreitamento das relações com o Brasil se mostrava uma tarefa de suma importância e também visava retirar dos EUA grandes fatias de seus mercados na Venezuela. Assim, diversos mecanismos políticos e econômicos foram postos em movimento no sentido de viabilizar essa aproximação.

O projeto chavista de criar um bloco que fosse capaz de promover a cooperação econômica de vários países da América Latina sob a liderança da Venezuela não prosperou. Segundo Luis Fernando Ayerbe (2008), “A iniciativa da ALBA não teve o eco esperado e seus adeptos parecem se reduzir aos seus incondicionais habituais”, fazendo com que a Venezuela trabalhasse para seu ingresso no MERCOSUL e firmasse com o Brasil diversos acordos comerciais que ampliavam suas relações econômicas.

2.7.3 A Venezuela no Mercosul

A Venezuela ingressa formalmente no MERCOSUL em julho de 2006 e seu ingresso no bloco é permeado por um forte componente político e estratégico que é complementado em vários outros acordos e tratados que se inserem dentro das relações contidas no jogo do poder regional, trazendo grandes benefícios econômicos para o Brasil, no que tange aos seus superávits na balança comercial, e atendendo os objetivos políticos do governo de Chávez. Analisando a nova composição do MERCOSUL com a adesão da Venezuela e os aspectos políticos que envolvem esse processo, o professor Haroldo Amoras infere que:

A adesão da Venezuela ao MERCOSUL, em julho de 2006, mistura estratégia, pragmatismo e ideologia no jogo das relações regionais de poder político e interesses comerciais. De um lado, a última década contempla cenário inédito de cooperação entre os dois países, comercialmente favorável ao Brasil, traduzido por superávits sucessivos desde 2001, ano de inflexão da história das relações de comércio dos últimos trinta anos entre Brasil e Venezuela. No caso das relações comerciais da Região Norte do Brasil com a Venezuela apresentam-se superavitárias desde 2004, com tendência crescente (SANTOS, 2012, p.339).

Além do MERCOSUL, outros instrumentos aduaneiros e acordos de cooperação são criados no sentido de suprir algumas dificuldades impostas

pelas restrições de países membros do bloco. O fim da vedação do Paraguai ao ingresso da Venezuela ainda em 2006, por alegação de violação dos direitos humanos por parte do presidente Hugo Chávez, vindo a ser revogada somente no ano de 2013, completa essa fase.

Na imagem a seguir se mostra os países membros do MERCOSUL e a comparação do PIB do Brasil e Venezuela no ano de 2009:

Venezuela no Mercosul



*De janeiro a setembro de 2009.

Fonte: ministério do Desenvolvimento e ministério das Relações Exteriores

Assim, além da prorrogação do prazo de vigência da Zona Franca de Manaus, criam-se as novas áreas de livre comércio (ALCs), com objetivo de fortalecer a integração comercial nas zonas de fronteira, particularmente as ALCs de Pacaraima, Boa Vista e Bonfim. Contudo, ainda que facilitadores do processo de integração, estes instrumentos padecem de efetividade prática, fazendo com que os agentes econômicos envolvidos nas trocas comerciais

optem pelos mecanismos de isenção de imposto de importação listados na Portaria nº 300/1993 e pelas ZPEs (SANTOS, 2012).

Como efeito de todos os esforços de aproximação empreendidos pelos dois países nas áreas de política fiscal e de cooperação econômica, houve um gigantesco incremento em suas trocas comerciais. Dados do ministério da indústria e comércio apontam para um enorme incremento nas exportações brasileiras a partir de 2003, após advento eleitoral de Luís Ignácio Lula da Silva ao governo do Brasil, com saldos positivos significativos em favor da balança comercial brasileira. Se em 2003 o Brasil exportava para a Venezuela um montante de US\$ 608 milhões, em 2012, este valor chegou a US\$ 5 bilhões, atingindo o ápice em termos de valores absolutos nas trocas comerciais entre os dois países. A Venezuela, por sua vez, que exportava para o Brasil um montante de US\$ 275 milhões em produtos, em 2012 atingiu a marca de US\$ 996 milhões. Estes números já colocavam o Brasil na segunda posição em relação ao rol de parceiros comerciais com a Venezuela e lhe gerava superávits da ordem de mais de US\$ 4 bilhões (BRASIL, 2015).

Entretanto, a partir de 2013 ocorre também um grande aprofundamento da crise econômica venezuelana que é agravada agora pela queda do preço do petróleo no mercado internacional em 2014. Nesse ano, o preço do barril do petróleo que havia chegado ao patamar de US\$ 115 passa a ser negociado a US\$ 50 em janeiro de 2015, desvalorizando-se em 60%. Constituindo o petróleo o seu principal produto para a obtenção de divisas, a Venezuela passa a enfrentar grandes dificuldades no sentido de poder arcar com a manutenção da máquina pública do país e com os custos das importações dos produtos que compra.

Com efeito, os indicadores da balança comercial entre Brasil e Venezuela começam a arrefecer, ainda que em proporção não tão acelerada como fora o seu crescimento nos anos anteriores, apresentando queda nas exportações brasileiras situadas na casa de 4,08% e 4,49% nos anos de 2013 e 2014, respectivamente. Já as importações brasileiras crescem 18,5% em 2013,

recuperando grande parte da acentuada perda do ano anterior, e em 2014 fecha com um suave declínio de 0,56%.⁴

Segundo Rômulo Figueira Neves entre as principais razões para o aumento do fluxo comercial do Brasil com a Venezuela destaca-se:

a) a complementaridade das economias, após o processo de aumento da produtividade agrícola e modernização da produção industrial brasileira nos últimos 20 anos; b) as atitudes de solidariedade, não especificamente com Chávez, mas com a democracia na Venezuela, que se iniciaram ainda em 2002, com o pronunciamento do grupo do Rio em favor da ordem constitucional da Venezuela durante a tentativa de golpe de abril. Além disso, durante a greve geral no final daquele ano, o Brasil enviou ao governo cargueiros com gasolina para auxiliar no abastecimento da Venezuela. Tal relação foi coroada com a entrada da Venezuela no Mercosul em 2006, que, em que pese algumas críticas sobre a possibilidade de Chávez querer estender sua influência política ao Mercosul, significa aporte de peso ao bloco, principalmente na área de energia. O processo de aprofundamento das relações comerciais com o Brasil segue em curso. Outros eixos de aproximação, além dos econômicos, são as questões amazônicas, de integração com o Mercosul e diálogo de países Sul-Sul (NEVES, 2010, p.28).

A complementaridade das economias do Brasil e da Venezuela em suas relações comerciais se revela no rol de produtos que fazem parte desse intercâmbio. O Brasil fornece à Venezuela uma gama diversificada de produtos que variam desde animais vivos até automóveis. A Venezuela fornece ao Brasil produtos derivados de petróleo e outros minerais. Essa relação resulta situações econômicas distintas de cada país e corresponde ao grau de diversificação das atividades produtivas alcançado pelo Brasil, produzindo produtos e serviços nas mais diferentes áreas da economia, e a grande dependência da Venezuela de uma única atividade econômica, a produção de petróleo cru.

As relações comerciais entre Brasil e Venezuela a partir dos estados mais próximos da fronteira dos dois países, particularmente o Amazonas e Roraima, não prosperaram na mesma proporção do incremento das relações comerciais em nível nacional. O projeto de integração envolvendo a criação do corredor Amazonas/Roraima-Bolívar/Orenoco, por se situar, em grande parte, fora das estratégias governamentais de promoção do desenvolvimento econômico e geração de riqueza não logrou grandes êxitos (SANTOS, 2012).

⁴ Idem.

Poucos avanços, também, foram obtidos no sentido de promover discussões entre autoridades dos governos dos estados fronteiriços de Roraima e Bolívar, respectivamente no norte do Brasil e no sul da Venezuela, com o aval dos governos nacionais, no sentido de equacionar alguns problemas que afetam os cidadãos que habitam a faixa de fronteira de ambos os lados. As cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena do Uairén, são as mais atingidas pelos avanços ou recuos desse processo.

Capitulo 3

ASPECTOS MICROECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA

3 ASPECTOS MICROECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E VENEZUELA

Brasil e Venezuela, enquanto áreas de dominação colonial de Portugal e da Espanha, respectivamente, no continente americano tinham seus limites territoriais fixados em função da capacidade efetiva da ocupação de tais territórios assim como da presunção defensiva que ostentavam as metrópoles quando a capacidade de mobilizar efeitos militares para rechaçar possíveis invasões.

O primeiro tratado histórico a fixar limites entre esses territórios foi o Tratado das Tordesilhas, assinado ainda no ano de 1494 quando as terras brasileiras ainda não haviam sido reconhecidas oficialmente, estabelecendo uma linha divisória entre as duas potências marítimas fixada a partir de 370 léguas à Oeste da Ilha de Cabo Verde (BARATA, 1991). Este foi o marco inicial entre as áreas de colonização portuguesa e espanhola na América do Sul e serviu, posteriormente, para delinear os acordos fronteiriços futuros que iriam influenciar na conformação do território do Brasil como país independente assim como também da Venezuela.

A grande dimensão do território colonial da Espanha e Portugal no continente americano, principalmente a área de dominação espanhola, chocava-se com a capacidade efetiva de exploração econômica da vasta região e, sobretudo, da ocupação humana por colonos advindos das metrópoles. Além disso, dado a concentração da atividade econômica nas zonas litorâneas, a presença de efetivos desses países nas regiões do interior era esporádica e mal sucedidas do ponto de vista da exploração econômica.

O Tratado de Madrid, assinado no ano de 1750 é que iria definir o formato da fronteira entre as terras brasileiras, sob o domínio português e as áreas de domínio espanhol a uma configuração muito próxima da atual. Esse tratado tinha por base o princípio do *utis possedetis*, ou seja, a terras devem pertencer a quem efetivamente as ocupa. Em seguida, o Tratado de Santo Idelfonso, assinado em 1777, baseou-se no princípio do *utis possidetis facti*, qual seja, versava sobre a

renúncia dos Estados sobre as regiões em que, embora tivessem seus direitos reconhecidos por tratados anteriores, não conseguiam exercer jurisdição sobre suas áreas de domínio seja pela dificuldade de acesso geográfico seja pela distância dessas regiões em relação aos centros de poder.

Enquanto países independentes, Brasil e Venezuela assinam o primeiro tratado de limites em maio de 1859 o “Tratado de Límites y Navegación Fluvial entre la República de Venezuela y el Imperio del Brasil y fue aprobado en 1860” (BELLO 2008). Este tratado delineou as fronteiras entre o Brasil e a Venezuela tendo por base os interflúvios das bacias hidrográficas do Rio Amazonas e Rio Orinoco e as serras de Pacaraima e Parima, utilizados como obstáculos geográficos que constituem fronteiras naturais de difícil transposição naqueles tempos, mas cujas linhas divisórias seguem vigentes até os dias atuais.

No mapa a seguir mostra-se a evolução da fronteira política entre Brasil e Venezuela logo após a independência de ambos países. Percebe-se que houve expansão do território brasileiro no sentido Norte no ano de 1859, compreendendo o atual estado de Roraima cujos limites com o sul da Venezuela foram fixados tendo como marco natural a Serra de Pacaraima:



Fonte: Documento El Rincón Del Vago – 2015

3.2 ASPECTOS LEGAIS DA FRONTEIRA BRASILEIRA

A fronteiras políticas entre o Brasil e a Venezuela estão fixadas na porção setentrional da América do Sul e a fixação de suas configurações legais fazem parte de um intrincado conjunto de diplomas normativos voltados para diversos objetivos sejam estes tanto no que concerne aos aspectos estratégicos como os relacionados ao processo de desenvolvimento regional.

O Brasil dispensa tratamento constitucional para a questão estratégica que envolve o controle de suas fronteiras, instituindo em sua constituição federal uma zona denominada Faixa de Fronteira e possui um plano da administração federal voltado para a promoção da ocupação e o desenvolvimento dessa área.

A Faixa de Fronteira definida pelo Brasil é uma região que se estende desde os marcos que separam nosso território com os países limítrofes até 150 km de largura em direção ao seu interior ao longo dos 15.719 km de fronteira terrestre com outros países (BRASIL, 1988). De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), criado com objetivo de fortalecer as regiões de fronteiras tornando-as aptas a enfrentar os novos tempos de globalização na busca pelo desenvolvimento regional, a fronteira com a Venezuela está enquadrada na Sub-Região II do Arco Norte, limitando-se ao leste com o estado de Roraima (BRASIL, 2015).

Para fins de planejamento, a Faixa de Fronteira é subdividida em várias sub-regiões e essas compõem os denominados Arcos. Cada Arco reúne regiões que apresentam similaridades socioeconômicas e também possuem plano de gerenciamento estratégico diferenciados que são implementados de acordo com suas especificidades. Dentro desses critérios de divisão e classificação, a fronteira entre Brasil e Venezuela encontra-se abrigada no denominado Arco Norte que compreendem parcialmente os territórios dos estados do Pará,

Amazonas, Amapá e a totalidade dos territórios dos Estados de Roraima e do Acre conforme se observa na imagem a seguir:

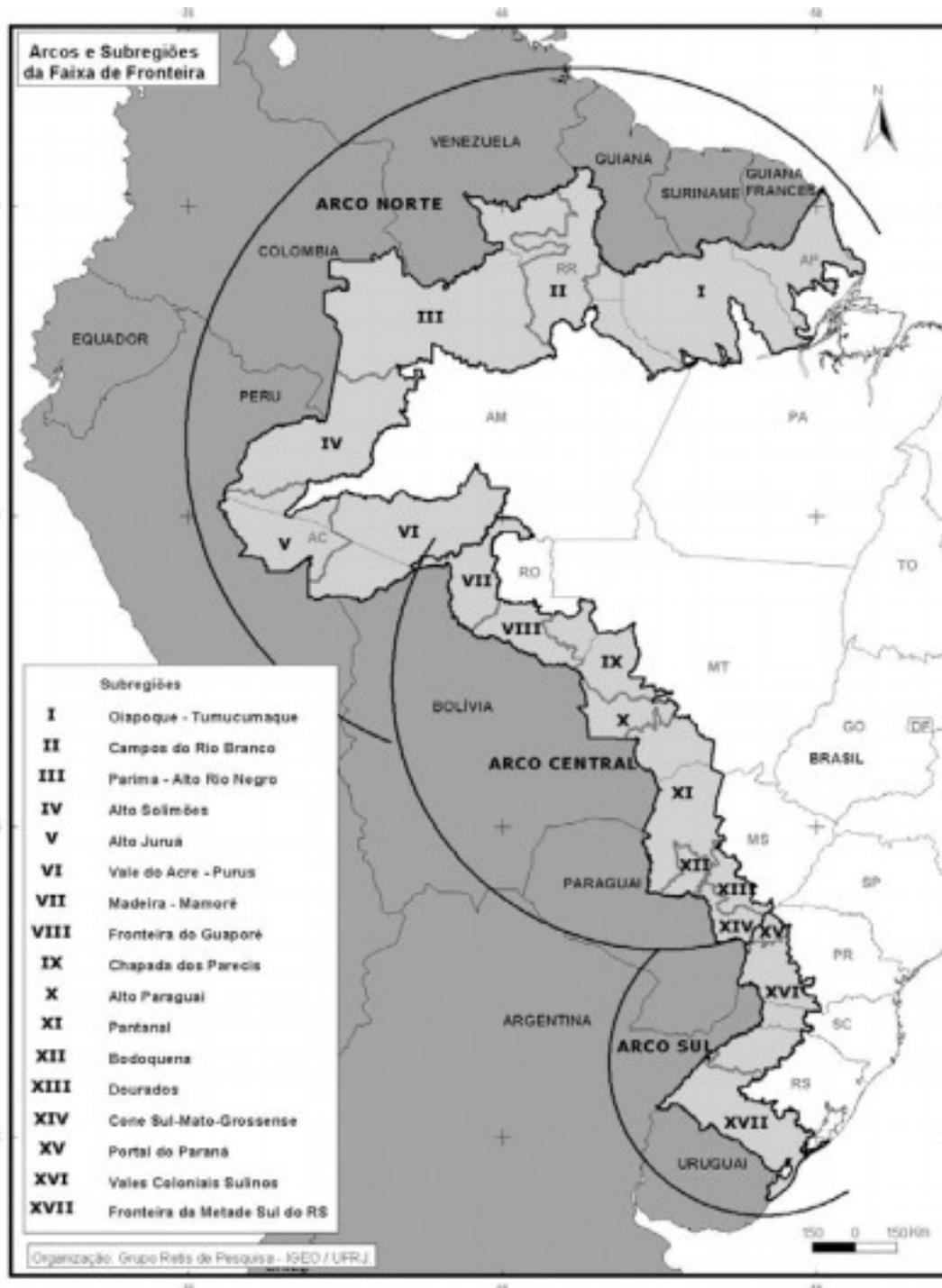


Figura 1: Arcos e sub-regiões da Faixa de Fronteira

Fonte: Ministério da Integração Nacional

A Sub-Região II abriga as áreas da porção leste do Estado de Roraima que compreendem as áreas de fronteira com a Venezuela e Guiana. Essa região se caracteriza por uma baixa densidade demográfica, população predominantemente indígena, a presença de grandes áreas de reservas indígenas contíguas consolidadas e a predominância de atividades econômicas de subsistência assentadas sobretudo na agricultura rudimentar e no extrativismo primitivo (BRASIL, 2015).

Extraída da cartilha do PPDF do Ministério da Integração Nacional, a imagem acima, permite observar a dimensão geográfica da faixa de fronteira no Brasil, assim como do diferentes Arcos e Sub-Regiões criados para fins de planejamento das políticas do governo federal nas áreas das fronteiras terrestres com os dez países limítrofes:

3.3 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA REGIÃO DE FRONTEIRA DO BRASIL COM A VENEZUELA

Roraima é o estado mais setentrional do Brasil e o único que possui fronteira acessível com a Venezuela por via terrestre. O estado tem como uma de suas peculiaridades a baixa densidade demográfica, sendo o menos populoso do Brasil. Segundo estimativa do IBGE em 2014, o estado tem uma população de 496.936 habitantes e produz o mais baixo PIB entre todos os estados do Brasil. Sua economia é extremamente dependente de repasses constitucional feitos pelo governo federal, enquanto que a atividade produtiva é restrita ao setor agropecuário e extrativista.

A maior parte da população do Estado de Roraima é concentrada na capital, Boa Vista, com 314.900, enquanto que grande parte de seu território é constituído de terras de reservas indígenas e unidades de conservação ambiental. A cidade de Boa Vista é atravessada pela BR-174 e encontra-se há 214 km de distância da fronteira com a Venezuela. Na região limítrofe com a Venezuela, adjacente aos marcos fronteiroço, localiza-se ainda a cidade de

Pacaraima, um enclave situado em terras indígenas, com uma população de 11.667 habitantes.⁵

A cidade de Boa Vista, ainda, situa-se totalmente dentro da Faixa de Fronteira, assim como boa parte do estado de Roraima, considerando sua posição geográfica em relação a fronteira com a Guiana, conferindo a cidade importante papel na região Norte do Brasil com relação à política de integração das fronteiras internacionais. Essa posição geográfica também faz com que a cidade de Boa Vista sofra enorme influência socioeconômica advinda das relações de proximidades com os países vizinhos, que se manifestam no plano legal e ilegal em inúmeras atividades processadas na região.

A cidade de Pacaraima é o município mais ao norte do Estado de Roraima cujo pequeno território, um enclave fixado dentro da reserva indígena de São Marcos no qual seu próprio reconhecimento ainda está sob litígio, tem sua área urbana limites comprimidos ao sul pela terra indígena de São Marcos e ao norte pela divisa internacional com a Venezuela.



Fonte: Mapa extraído do Google Earth , 2015.

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Canais/Banco de Dados/Estados@/Cidades@. Disponível em [gov.http://www.ibge.br](http://www.ibge.br)>. Acesso em 28 de julho de 2015.

A área urbana do município de Pacaraima se estende desde até a linha da divisa entre os dois países, muito embora ambos Estados tenham firmado acordo em 2009 estabelecendo uma zona de 30 metros em ambos os lados da divisa internacional na qual não pode ser construída nenhum tipo de edificação urbana (BRASIL, 2009). No mapa acima, verifica-se como a área urbana da cidade de Pacaraima se comprime entre a reserva indígena de São Marcos e a divisa internacional com a Venezuela:

3.3.1 Aspectos legais da fronteira venezuelana

A constituição da Venezuela de 1999 estabelece no Título II, “DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E A DIVISÃO POLÍTICA”, entre os artigos 10º ao 18º, as normas que regulam a soberania da nação sobre seu espaço territorial e sua administração política.

Importa ressaltar que a Venezuela dispensa tratamento constitucional para litígios históricos sobre questões de fronteiras com países vizinhos, sobretudo a Colômbia e a Guiana, vindo inclusive a fazer referência expressa, nesse capítulo, que sua soberania se exerce sobre dos espaços territoriais que correspondem ao território do país correspondente a Capitania Geral da Venezuela antes do ano de 1810, a saber:

Artículo 10. El territorio y demás espacios geográficos de la República son los que correspondían a la Capitanía General de Venezuela antes de la transformación política iniciada el 19 de abril de 1810, con las modificaciones resultantes de los tratados y laudos arbitrales no viciados de nulidade (VENEZUELA, 1999)

Em seu art.15º que é dever do Estado estabelecer uma política integral dos espaços fronteiriços voltada para a manutenção da integridade do território nacional, para a defesa da soberania, da segurança, da identidade e diversidade e a defesa do meio ambiente. Tal dispositivo seria ainda regulamentado por uma Lei Orgânica de Fronteiras que determinaria as obrigações e objetivos das políticas do Estado em face de tal responsabilidade.

Importa ressaltar que tal lei só foi editada por meio de decreto presidencial em 30 de dezembro de 2015 pelo governo de Nicolas Maduro e fixava o prazo

de seis para aprovar um Plano de desenvolvimento Integral Fronteiriço. Previa também a atualização do Plano de Ordenamento e Regulamento de Uso das Áreas sob Administração Especial (ABRAE), que constitui um diploma normativo do país no qual as regiões de fronteira encontram-se enquadradas como áreas especiais sob o controle do governo federal venezuelano em função das questões de segurança nacional, preservação ambiental, integridade territorial e fiscalização de comércio internacional e combate aos ilícitos de fronteira.

3.4 A GEOGRAFIA DA REGIÃO DA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL

Após a divisa internacional com o Brasil, no lado Venezuelano, encontra-se a região Guayana da Venezuela que é uma das cinco regiões administrativas da Venezuela. A região tem uma população de 1.383.297 de habitantes e um território de 458.344 km². Nesta, localiza-se o estado de Bolívar, que faz fronteira com o Brasil e a Guiana, com uma população projetada em 1.723.361 habitantes, cuja capital é a cidade Bolívar, com uma população de 400.694. A cidade de Santa Elena do Uairén, com 36.728 habitantes, é a cidade gêmea à cidade de Pacaraima e está situada a 15 km da fronteira com o Brasil. Todos esses dados demográficos são relativos a projeções feitas pelo INE, o instituto de estatísticas geográficas da Venezuela com projeções para o ano de 2014.⁶

As semelhanças entre a região amazônica e a região da Guayana ocorrem tanto no aspecto demográfico quanto no aspecto econômico. Ambas as regiões apresentam baixa densidade demográfica e são regiões de pouco desenvolvimento econômico quando comparadas a outras regiões do Brasil e da Venezuela. Contudo, quando comparado ao estado de Roraima, o estado de Bolívar apresenta um maior dinamismo econômico advindo da forte atividade extrativista mineral e da produção de energia que lhe confere uma produção econômica muito maior em relação ao estado do país vizinho. Desenvolveu-se na região próxima a cidade Bolívar, particularmente na cidade de Porto Ordaz,

⁶ Instituto Nacional de Estadística. República Bolivariana da Venezuela. Disponível em www.ine.com.ve > Acessado em 29 de julho de 2015.

uma importante indústria siderúrgica que muito impulsionou a economia da região.

A pequena cidade de Santa Elena de Uairén dedica-se ao comércio de pedras e metais preciosos, ao turismo de fronteira e ecoturismo e ao comércio de produtos nacionais e importados voltados, principalmente, para demanda de brasileiros. Sobre estes aspectos Francilene dos Santos Rodrigues ressalta que:

Do outro lado da fronteira brasileira, está Santa Elena de Uairén, capital da Gran Sabana. Há em torno da cidade acampamentos e povoados genuinamente mineiros. A economia de Santa Elena gira em torno da atividade de garimpagem nas minas que estão ao seu redor e atua como centro de comercialização e aprovisionamento dos garimpeiros e de suas famílias que residem em Santa Elena. Outro aspecto econômico da cidade é o comércio transfronteiriço dos habitantes de Pacaraima/Boa Vista e Santa Elena, além do turismo e dos empregos públicos. Santa Elena possui uma infra-estrutura de diversão maior que Pacaraima, com boates, restaurantes, uma casa noturna de strip-tease – geralmente realizado por brasileiras – cafés e cyber cafés (RODRIGUES, 2006, p. 200, 201)

A cidade de Santa elena de Uairén situa-se a uma distância de 15Km da linha de fronteira e do município de Pacaraima. Diferentemente da cidade gêmea fronteiriça, possui um território bem mais amplo e uma boa infraestrutura urbana quando comparada ao município vizinho. Há uma área de vazio demográfico entre a zona urbana de Santa Elena de Uairén e a linha de fronteira com o Brasil.



Fonte: Mapa extraído do Google Earth , 2015

Essa área abriga algumas instalações das forças armadas venezuelanas, o prédio da aduana e o aeroporto da cidade. No mapa a seguir podemos verificar que embora a cidade de Santa Elena de Uairén também esteja situada em uma área de reserva ambiental, o Parque Nacional de Canaima, apresenta um território bem mais amplo e mais densamente ocupado que o município brasileiro vizinho:

3.5 ASPECTOS MICROECONÔMICOS DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E VENEZUELA E OS IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA VENEZUELANA

A crise da economia venezuelana produziu inúmeros efeitos sobre a vida da população do país aumentando problemas crônicos que sempre se fizeram presentes na história recente da Venezuela. Entre os mais graves problemas estão a “Péssima distribuição de renda, baixa geração de postos de trabalho, da principal indústria do país e o desemprego da população jovem gerou condições para o aumento da violência urbana e da criminalidade” (NEVES, 2010). Além desses problemas a que historicamente os venezuelanos já enfrentavam, durante o governo de Nicolás Maduro, a crise produziu um problema que passou a atingir praticamente toda a população do país, a escassez de produtos básicos principalmente alimentos, medicamentos, produtos de limpeza e higiene.

Na região da faixa de fronteira, além dos problemas gerais que assolam o país de forma geral, alguns fatores particulares dificultaram em muito a vida dos habitantes da região, sobretudo moradores do município da Gran Sabana onde se localiza a cidade de Santa Elena de Uairén. Esta cidade, que experimentou uma pequena expansão através do comércio voltado para o turismo de compra de brasileiros vindos principalmente das cidades de Boa Vista e Manaus, foi fortemente atingida pela crise em função de dois fatores muito impactantes: A questão cambial e a edição do decreto presidencial proibindo a venda de produtos básicos aos estrangeiros.

A questão da diferença cambial entre o real, a moeda brasileira, e o Bolívar, moeda venezuelana, sempre foi um fator que impulsionou a economia da cidade de Santa Elena de Uairén. Segundo dados do Banco Central do Brasil, em 29 de Junho de 2015, são necessários B\$F 1,88 para aquisição de R\$1,00

7. Entretanto, a cotação do câmbio oficial entre os dois países está muito distante de ser praticada nas relações comerciais na fronteira, sobretudo no que se refere as vendas destinadas ao turismo de compra e a aquisição da moeda pelos brasileiros. Sobre estes aspectos Rejane Arruda, em estudo de caso, infere que:

Por outro lado, cabe destacar que a Venezuela possui um controle rígido das operações de câmbio e que, portanto, tal feito não seja tão simples, acarretando uma maior burocracia ou até mesmo a impossibilidade de realizar tais operações por vias legais. Sem deixar de mencionar que o controle e o valor fixado pelo Governo para a taxa de câmbio do dólar americano no mercado de câmbio oficial, serem cerca de metade do valor pago pela mesma moeda no mercado paralelo, o que acabará determinando aos turistas que realizem as operações de câmbio de forma ilegal conforme observação direta. (DE OLIVEIRA, 2011, p.178).

A questão da conversibilidade da moeda no mercado oficial de câmbio está associada a sua liquidez em face das moedas dos países desenvolvido, principalmente o dólar estadunidense. Normalmente, o valor de conversão da moeda de um país tem como lastro a quantidade de dólares que o mesmo possui em suas reservas cambiais internacionais haja vista que é a moeda universal usada nas transações comerciais internacionais.

A Inconvertibilidade das moedas, dada a restrição imposta por órgãos de controle monetário de ambos os países, objetivando proteger seus mercados de divisas, estimulou o desenvolvimento do câmbio paralelo que, em face da acentuada desvalorização da moeda venezuelana assumiu enormes proporções.

Em observações de campo e dados de pesquisa obtidos em diferentes épocas nas cidades de Santa Elena de Uairén e Pacaraima, revelam a velocidade em que ocorre a deterioração do valor do bolívar forte, ocasionando enorme pressão sobre o comércio direto realizado entre as duas cidades fronteiriças. Em janeiro de 2008, por ocasião do pacote econômico lançado pelo governo da Venezuela a fim de conter a desvalorização da moeda do país, foram cortados três zeros e o bolívar passou a ser denominado bolívar forte. Nessa ocasião, o dólar, no câmbio oficial, era cotado na proporção de US\$ 1,00 por

⁷ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Câmbio e capitais internacionais. Taxas de cambio. Disponível em < <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp> > acessado em 29/07/2015.

B\$F 2,15. No câmbio paralelo, entretanto, o dólar equivalia a B\$F 5,75. Nesse mesmo período o Real era cotado na proporção de R\$ 1,00 por B\$F 3,00 no paralelo. Em janeiro de 2015, entretanto, com R\$ 1,00 já era possível adquirir B\$F 50,00 e ao fim de julho do mesmo ano a moeda brasileira chegou a ser comercializada no câmbio paralelo a B\$F 155,00 por R\$ 1,00. Em 31 de julho de 2015 o dólar paralelo já era cotado na proporção de US\$ 1,00 por B\$F 677,85⁸.

O câmbio paralelo, embora se constitua numa atividade ilegal em ambos os países, é praticada timidamente no lado da fronteira brasileira e ostensivamente no lado venezuelano. Os cambistas venezuelanos concentram-se nas vias de acesso a cidade de Santa Elena de Uairén e nas principais ruas do centro da cidade, uniformizados e identificados como tais e expondo grande quantidade de cédulas da moeda venezuelana ao público.

Embora o governo central da Venezuela tenha manifestado, por meio da imprensa venezuelana, grandes críticas aos males ocasionados pelo câmbio paralelo à economia e tenha adotado algumas medidas sancionadoras, há uma visível tolerância por parte dos agentes de repressão do Estado. A forte presença da polícia municipal, da polícia estadual e da Guarda Nacional Bolivariana, não opõe obstáculo algum para que as operações de câmbio ilegal se processem diante de seus agentes. Mesmo assim, em 09 de novembro de 2013 determinou o bloqueio dos sites das casas de câmbio paralelo que mais influenciam a alta da moeda estrangeira e em 31 de março de 2015 editou uma nova política cambial para tentar restabelecer controle sobre o câmbio do país.⁹

Apesar do fato de que a grande diferença cambial a favor da moeda brasileira sempre fosse motivo de fomento para o comércio de Santa Elena de Uairén, atraindo brasileiros às compras em função de preços bem inferiores aos praticados do outro lado da fronteira, essa disparidade alucinante aumentou de forma significativa o fluxo de mercadorias na fronteira e contribuiu ainda mais

⁸ A cotação do dólar paralelo na Venezuela é estabelecida por casas de câmbio sediadas na cidade fronteiriça de Cúcuta, na Colômbia, e divulgada diariamente através de vários sítios na internet, principalmente <https://www.dolartoday.com> e <https://www.tucavi.com>, com reflexo direto sobre a cotação do Real na zona da fronteira com o Brasil.

⁹ Banco Central de Venezuela. Circular de 31 de março de 2015. Atendiendo lo previsto em los artículos 3 y 8 del Convenio Cambiario N° 33 del 10 de febrero de 2015, publicado en la Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N° 6.171 Extraordinario. Disponível em <www.bcv.org.ve> Acesso em 31 de julho de 2015.

para o esvaziamento das prateleiras dos estabelecimentos comerciais da cidade venezuelana prejudicando da população local. Outro fator muito impactante causado pela realidade cambial da fronteira, é que nessa região muitos produtos básicos são vendidos, principalmente no mercado negro, a preços bem mais elevados que em outras regiões da Venezuela, impulsionados pela alta demanda dos brasileiros, causando uma inflação adicional àquela que já atinge o país. A taxa de inflação anual da Venezuela fechou em 68,5% 2014 enquanto que o bolívar forte se desvalorizou em 210% em face do real, no câmbio paralelo, apenas no primeiro semestre de 2015.

A situação de desabastecimento, somada ao o boicote produtivo empresarial, ao contrabando, ao mercado negro de produtos básicos e a escassez de divisas do país, obrigou o governo a adotar medidas de proibição sobre o fluxo dessas mercadorias através das fronteiras. Essa proibição objetivava frear o grande contrabando para a Colômbia, mas afetou, também, diretamente o comercio de turismo realizado na fronteira com o Brasil. Assim, editou o decreto presidencial N° 1.190 que foi publicado na Gazeta Oficial N° 40.481, distribuído hoje em Caracas, com data de 22 de agosto.¹⁰

3.5.1 O contrabando, o descaminho e o mercado negro na fronteira

Existe uma distinção na legislação brasileira quanto as condutas praticadas por determinados agentes que ingressam com mercadorias de forma irregular no território nacional. O Código Penal Brasileiro, no seu art.334, define que constitui crime de contrabando o ingresso de mercadorias proibidas em território nacional proveniente do estrangeiro. Já o ingresso de mercadorias estrangeiras permitidas, sem o devido recolhimento dos encargos tributários aduaneiros constitui o crime de descaminho (BITENCOURT, 2013).

O art. 334 do Código Penal Brasileiro tipificava de forma conjunta tanto a prática do contrabando como do descaminho, atribuindo a ambas condutas ilícitas pena de reclusão de 1 a 4 anos. Todavia, com o advento da lei 13.008/14,

¹⁰VENEZUELA. GACETA OFICIAL DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA. Decreto n.1190 de 22 de agosto de 2014. Disponível em <<http://www.gacetaoficialdelarepublicabolivarianadevenezuela.com> > Acessado em 29 de julho de 2015.

que inseriu o art.334-A no Código Penal Brasileiro, estabeleceu tipos penais diferentes e passou a tratar o crime de contrabando com muito mais rigor, aplicando a essa conduta ilícita a pena de reclusão de 2 a 5 anos. O efeito jurídico dessa mudança na lei foi que, a partir de então, o crime de contrabando deixou de ser tratado como crime de menor potencial ofensivo perdendo o infrator, dessa forma, o direito de poder ser solto pela autoridade policial, caso seja preso em flagrante delito, mediante o pagamento de fiança no âmbito da delegacia de polícia.

Além disso, a conduta ilícita tipificada como contrabando cujo autor responde processo penal perante a justiça criminal perdeu o abrigo da excludente de ilicitude amparado no princípio da insignificância em função de jurisprudência emanada pelo STF no julgamento do HC 110.964/SC, que passou a influenciar inúmeros julgados das varas criminais de todo o país ensejando o encerramento dos respectivos processos com a aplicação de penas, quer sejam alternativa em vez de absolvição. No excerto a seguir, extraído do Código Penal Brasileiro depois da alteração promovida pela lei 13.008/14, pode-se constatar a nova forma como o crime de contrabando passou a ser tratado, com a inserção do art.334-A, *in verbis* (BRASIL, 2014):

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I - pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando;

II - importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente;

III - reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação;

IV - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira;

V - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira.

§ 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.”

Já a legislação venezuelana é muito mais rigorosa no que concerne a aplicação de sanção penal àquele que pratica a conduta de contrabando. A lei não contém a palavra descaminho por diferença da língua, mas tipifica o crime de contrabando em contrabando simples e contrabando agravado. A pena aplicada a modalidade de contrabando simples é de 4 a 8 anos de prisão. Já o contrabando agravado é punido com 6 a 10 anos de prisão tal como se pode extrair da lei penal venezuelana . No excerto a seguir, extraído da Gaceta Oficial Nº 6.017 Extraordinário de 30 de dezembro de 2010 (VENEZUELA, 2010), verifica-se que a contundência da lei de combate ao contrabando na Venezuela é muito severa que a brasileira, *in verbis*:

Del contrabando, sus modalidades, faltas e infracciones administrativas

Sección Primera

Del delito de contrabando y sus modalidades

Artículo 7

Contrabando simple

Quien por cualquier vía introduzca al territorio y demás espacios geográficos de la República Bolivariana de Venezuela, extraiga de él mercancías o bienes públicos o privados, o haga tránsito aduanero por rutas o lugares no autorizados, sin cumplir o intentando incumplir los requisitos, formalidades o controles aduaneros establecidos por las autoridades del Estado y las leyes, será sancionado con prisión de cuatro a ocho años.

[...]

Artículo 20

Contrabando agravado

Serán sancionados o sancionadas con pena de prisión de seis a diez años, quienes

1. Carguen, descarguen o dispongan suministros, repuestos, provisiones de a bordo, destinados al uso o consumo en los vehículos de transporte, sin el cumplimiento de las formalidades legales.

2. Consuman, dispongan o sustituyan mercancías que se encuentren en proceso o sometidas a un régimen de almacén o de depósito aduanero, sin autorización del funcionario o funcionaria competente, o en traslados autorizados por la autoridad aduanera a los locales del interesado.

3. Declaren o presenten ante la aduana, como sustento de la base imponible o como fundamento del valor, facturas comerciales falsas, adulteradas, forjadas, no emitidas por el proveedor o emitidas por éste en forma irregular en complicidad o no con el declarante.

[...]

3.5.2 As cidades receptoras dos produtos contrabandeados ou descaminhados

Por Santa Elena de Uairén e pelas cidades San Antonio del Táchira e Ureña, fronteiriças à Colômbia, ocorre um forte contrabando de produtos básicos e combustíveis da Venezuela que são levados para abastecer cidades ainda mais distantes. A cidade fronteiriça de Cúcuta, na Colômbia, com cerca de 700 mil habitantes, Boa Vista, Manaus e outras, tornaram-se grandes receptoras de produtos venezuelanos contrabandeados e descaminhados.

A proibição da exportação de produtos básicos conteve parcialmente o fluxo de mercadorias que saíam do país por suas fronteiras pelas mãos dos turistas de pendulares. Muitas pessoas que saíam de Boa Vista para efetuar compras de fim de mês nos supermercados de Santa Elena de Uairén, voltando no mesmo dia ou no dia seguinte ao Brasil, ocasionando pressão dos comerciantes da cidade de Boa Vista sobre o governo do Estado e autoridades da Receita Federal a fim de diminuir os prejuízos que sofriam. Cabe ressaltar, entretanto, que independentemente das medidas adotadas pelo governo da Venezuela para evitar a saída de produtos básicos do país, isso no caso da fronteira com Brasil seria desnecessário se a cota de compras de brasileiros autorizada pela receita federal, fixada no valor de B\$F 1.850,00, o que na época não chegava a R\$50,00 por pessoa, fosse realmente cumprida pelos transeuntes da fronteira entre os dois países.

A falta de agentes e de estrutura do Estado brasileiro para proceder a fiscalização no fluxo de mercadorias e pessoas entre a fronteira do Brasil com a Venezuela foi o fator que mais contribuiu para estimular o contrabando, o descaminho de produtos na região e grande imigração ilegal de venezuelanos para o Brasil em busca de trabalho e de atendimento em serviços públicos. Muitas apreensões são realizadas de maneira aleatória quando deflagradas operações esporádicas pela receita federal e órgãos de vigilância sanitária. Um

dos fatores que mais estimulam a prática do contrabando nessa área, segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal em estudo realizado no ano de 2011¹¹, além do fator comum em toda a faixa de fronteira do Brasil, que são a alta carga tributária e o elevado custo do produto nacional, é o preço baixíssimo da gasolina venezuelana, vendida aos brasileiros por R\$ 0,20 na época em que o estudo do sindicato foi realizado¹².

A cidade de Boa Vista é o principal mercado onde os produtos contrabandeados e descaminhados pela fronteira com a Venezuela são comercializados clandestinamente. Há vários pontos da cidade em que são montadas verdadeiras feiras livres onde é possível encontrar uma infinidade de produtos vindos da Venezuela. Aos dias de domingo, é montada uma grande feira livre na Rua General Ataíde Teive, em meio ao bairro Asa Branca, ocupando aproximadamente 1 km de extensão, onde é possível encontrar produtos alimentícios, de limpeza, higiene e até medicamentos expostos para a venda tranquilamente. Estes produtos, ainda que sua maioria seja adquirida no mercado negro em Santa Elena de Uairén, são comercializados em média com 100% de majoração. Os mesmos produtos escassos ou inexistentes nas prateleiras dos supermercados da cidade da fronteira venezuelana são vistos em grande quantidade, muitos deles vendidos por venezuelanos que ingressam clandestinamente no Brasil. Ainda que bastante majorados em seus preços, esses produtos são vendidos por preços mais baixos que os nacionais do mesmo tipo e gozam da preferência do consumidor da cidade de Boa Vista pela melhor qualidade que oferecem.

Os produtos contrabandeados ou descaminhados são expostos em diversos pontos da cidade de Boa Vista e em feiras livres rotativas e fixas regulamentadas pela lei municipal. Essas feiras livres rotativas da cidade de Boa Vista foram instituídas pela lei nº 402, de 12 de novembro de 1996. Existem várias delas em diversos bairros da cidade tais como as feiras do Produtor, feira do Passarão, feira do São Francisco, feira do São Vicente, feira do Garimpeiro,

¹¹ Projeto Fronteira em Foco. Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil. disponível em < www.sindifisconacional.org.br > Acessado em 31 de julho de 2015.

¹² Em uma de minhas visitas à cidade de Santa Elena de Uairén, no mês de julho de 2015, a gasolina era vendida a BsF 65,00 o que equivalia a R\$0,41 por litro.

feira do Pintolândia e ainda o Centro comercial do Caxambú, no centro da cidade.

Apesar da fiscalização municipal nessas áreas de comercialização livre e constantes apreensões de mercadorias descaminhadas ou contrabandeadas, a venda dos mesmos segue de forma ampla e esses produtos são bastante apreciados pelos consumidores da cidade de Boa Vista. Nessas áreas de livre comercialização pode-se encontrar produtos diversos, sobretudo produtos da indústria de plásticos, produtos de higiene e limpeza produzidos do companhias transnacionais e alimentos.

Enquanto que os produtos plásticos e alguns alimentos industrializados são produzidos na própria Venezuela, os produtos de limpeza e higiene, em sua maioria, são importados pelo mesmo país e introduzidos no Brasil por meio do contrabando ou descaminho. É comum encontrar produtos fabricados no Brasil por empresas transnacionais aqui instaladas e que foram exportados para Venezuela sendo reintroduzidos no país por meio do contrabando ou descaminho e, ainda assim, vendidos a preços bem inferiores aos praticados pelo comércio formal nacional.

Na imagem a seguir, alguns lugares onde os produtos contrabandeados ou descaminhados são expostos com tranquilidade na cidade de Boa Vista, principalmente nas feiras do Garimpeiro, na Av. Gen. Ataíde Teive, na feira do Pintolândia e no Centro Comercial do Caxambú:



Foto: Acervo do autor (2015): Feira do Garimpeiro, Caxambú e feira do Pintolândia

Além de produtos básicos, a gasolina é um dos principais produtos contrabandeado e o que representa maior volume em apreensões por parte dos órgãos de repressão. No posto de combustível destinado aos brasileiros na fronteira com a Venezuela, há fila quilométrica todos os dias onde contrabandistas e turistas se sacrificam o dia inteiro para encher um tanque de 60 litros de gasolina ao custo de R\$ 24,00, ou seja, por R\$ 0,41 o litro, conforme observação pessoal feita ao fim do mês de julho de 2015. Essa gasolina é

vendida em várias localidades ao longo da BR-174 e em postos clandestinos em Boa Vista , sobretudo nas áreas da periferia da cidade, com um diferencial de preço entorno de 20 a 30% menor que o preço do combustível nacional. Segundo declaração da Polícia Rodoviária Federal à imprensa, a gasolina está entre os produtos preferenciais do contrabando na fronteira com a Venezuela:

As apreensões de gasolina, carne e droga lideram a lista dos principais itens de contrabando e descaminho da Polícia Rodoviária Federal de Roraima (PRF). Os dados referentes ao primeiro semestre de 2014 apontam que foram apreendidos 8.465 litros de combustível, 5.580 quilos de carne e 40 quilos de drogas. Roupas, óculos, bolsas, leite e sabão também aparecem entre os produtos com grandes números.¹³

3.5.3 A crise no comércio de Pacaraima e em Santa Elena de Uairén

A disparidade cambial que sempre foi um fator estimulante para o comércio realizado na fronteira entre o Brasil e Venezuela, porém tornou-se um grave problema a partir do ano de 2013 quando o processo de desvalorização do Bolívar Forte assumiu proporções alarmantes.

Comerciantes entrevistados na cidade de Pacaraima afirmaram que o declínio da atividade comercial iniciou por volta do ano de 2009 e se acentuou durante o ano de 2013 no governo do presidente venezuelano Nicolás Maduro. Enquanto a relação entre o real e bolívar Forte se mantinha na proporção de 3 por 1, muitos venezuelanos cruzavam a fronteira brasileira seja por motivo de turismo ou para comprar produtos brasileiros no comércio local. Assim, havia uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais que vendiam os mais variados produtos tais como cosméticos, alimentos, bebidas, roupas, produtos agropecuários e etc., que eram muito procurados pelos turistas estrangeiros.

A partir de 2013, com a enorme deterioração do valor do bolívar forte como visto anteriormente, tornou-se inviável aos venezuelanos realizar compras na cidade de Pacaraima. Vários estabelecimentos comerciais começaram a fechar as portas e hoje a cidade vive na expectativa da solução da crise da economia da

¹³ G1 Roraima. Rede amazônica. Disponível em < <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/>> Acesso em 31 de julho de 2015.

Venezuela. Notícias veiculadas no ano de 2009 pela imprensa regional retratam bem a situação que estava por se agravar ainda mais no futuro:

A variação do Dólar nessa semana atrapalhou a vida dos comerciantes do Município roraimense de Pacaraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Com o Dólar americano em alta, o Bolívar Forte (Bs.F) se desvalorizou mais ainda. Desde o início do ano até a semana passada, estava 3,00 Bs.F (antigos 3.000 bolívares) por R\$ 1,00. Hoje, a cotação começou com 3,40 Bs.F e terminou o dia a 3,50 Bs.F por R\$ 1,00. “O câmbio está matando o comércio em Pacaraima. Já estava difícil e agora, com a desvalorização do Bolívar Forte frente ao Dólar e ao Real, os venezuelanos não conseguem mais comprar em Pacaraima e a cidade depende desses consumidores. Antes, todos compravam alimentos e quase tudo aqui [Pacaraima]. Agora, com esse câmbio, só compram mesmo o necessário. Em contrapartida, ficou mais barato para os brasileiros comprar em Santa Elena”, revelou a jornalista Cora Gonzalo, que mora em Santa Elena.¹⁴

Com a hiper desvalorização ocorrida a partir do ano de 2015, na qual de janeiro a julho o real salta de B\$F 50,00 para B\$F 155,00, criou-se um clima de total falta de esperança entre os comerciantes por dias melhores. Poucos setores do comércio operam com alguma margem de conforto, mas apenas os que estão associados ao fluxo de brasileiros que se utilizam de poucos serviços em Pacaraima como rota de turismo para a Venezuela.

Segundo proprietários de veículos das cooperativas de táxi que prestam serviço transportando passageiros de Boa Vista até próximo a fronteira, as temporadas de férias do início e do meio do ano de 2015 foram uma das melhores já vistas pela categoria. Contudo, trata-se de um fluxo de pessoas que se dirige para Santa Elena de Uairén, não favorecendo o comércio em Pacaraima. Sobre isso Allis Thiago avalia que:

Um outro exemplo, objeto deste artigo, é o que se observa em Pacaraima (Roraima), fronteira com a Venezuela, que, apesar do intenso fluxo de turistas brasileiros em direção à costa venezuelana (Isla Margarita) ou ao comércio da cidade de fronteira (Santa Elena de Uairén), ainda não se estruturou como destino turístico (ALIIS, 2008, p.11).

¹⁴ Jornal Fato Real. Notícias. Publicada em 13 de agosto de 2009. Disponível em <<http://www.fatoreal.blog.br/geral/brasilvenezuela-cambio-sobe-e-mata-comercio-d-e-pacaraima>> Acesso em 31 de julho de 2015.

Do lado Venezuelano, inicialmente ocorreu um processo inverso. A partir de 2009, mesmo com o andamento da crise econômica na Venezuela, a cidade de Santa Elena de Uairén expandiu sua atividade comercial abrindo mais estabelecimentos comerciais e ampliando os antigos, tornando-os mais aptos a suportarem o aumento enorme do fluxo de brasileiros que se dirigiam às compras. Em supermercados de médio porte, era possível ver grandes filas de brasileiros quase todos os dias em busca de todo tipo de produtos a preços que, em alguns casos, chegavam a ser até 80% mais barato que no Brasil.

Enquanto muitas cidades venezuelanas já sofriam com desabastecimento de alguns itens, Santa Elena de Uairén era abastecida pelos comerciantes chineses que priorizavam vender seus produtos em moeda brasileira ou em seu valor de conversão. Tal fato ainda estava associado a capacidade desses comerciantes de importarem produtos básicos para serem comercializados em moeda mais forte, o real, por mais que tais produtos permanecessem bastante escassos no restante do país.

Essa realidade se modifica nos anos seguintes com o aprofundamento da crise da Venezuela e também passa a comprometer o comércio da cidade de Santa Elena de Uairén. No ano de 2014, pouco antes da edição do decreto do governo venezuelano proibindo a saída de produtos básicos do país, já faltavam muito produtos nas prateleiras dos supermercados em Santa Elena de Uairén e muitos desses produtos eram desviados para o mercado negro e contrabando. Por fim, o referido decreto encerra um ciclo de ascensão do comércio em Santa Elena de Uairén, que passa a sofrer ainda mais com a escassez de produtos básicos.

Ademais, a crise de divisas do país atingiu também setores do comércio de produtos importados tais como eletrônicos, bebidas, artigos de vestuário e perfumaria, não proibidos pela lista do governo, que anteriormente eram vendidos com preços inferiores aos similares no Brasil. Com a alta avassaladora do dólar, esses produtos tornaram-se posteriormente mais caros em Santa Elena de Uairén, não compensando a viagem de Boa Vista ou Manaus exclusivamente para comprá-los. Muitas lojas que anteriormente vendiam artigos importados estão mudando de ramo e optando em vender produtos nacionais fabricados

com matéria prima venezuelana e não listados no decreto de proibição do governo tais como artigos plásticos, vestuário e utensílios domésticos.

Um dos poucos setores que se mantêm em plena crise é o setor de turismo de compras em Santa Elena de Uairén que é, também, a porta de entrada do Parque Nacional de Canaima, que abriga algumas das mais belas paisagens do país tais como o Monte Roraima, Salto Angel e inúmeras corredeiras e cachoeiras belezas atraindo muitos turistas tanto da própria Venezuela como do Brasil. A cidade também é ponto de apoio para muitos turistas brasileiros que por ela passam e se hospedam para descansar, desembaraçar documentos e depois viajar rumo ao litoral venezuelano, principalmente a *Isla de Margarita* (ALLIS, 2008). Em período de férias ou feriado prolongado, os hotéis, pousadas e restaurantes estão lotados de brasileiros usufruindo lazer a preços muito baixos. Todavia, o setor de turismo é carente de profissionalismo e provoca muita insatisfação aos visitantes.

3.5.4 O mercado de trabalho em Pacaraima e Santa Elena de Uairén

As cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén fazem parte de projetos de expansão que se enquadram em estratégias de políticas de ocupação territorial voltadas para questão de soberania e segurança nacional. O crescimento de suas populações precedeu o desenvolvimento de infraestrutura e a própria organização da vida social que, por sua vez se reflete no mercado de trabalho. Francilene Rodrigues, dessa forma, ressalta que:

Os municípios fronteiriços de Gran Sabana e Pacaraima apresentam características muito similares quanto a inserção regional e ocupação dos territórios estaduais e nacionais. São municípios de projetos de expansão agrícola, áreas de intensa exploração mineral ao longo de suas histórias, e possuem um grande contingente de população indígena (RODRIGUES, 2006, p.199).

O mercado de trabalho em Pacaraima é dependente da renda do serviço público, como os demais municípios de Roraima, inclusive sua capital. Contudo, é tímido o desenvolvimento da atividade informal nas ruas da cidade e a maioria dos trabalhadores não empregados no serviço público, trabalham no comércio da cidade. Ainda assim, do pequeno contingente de pessoas que se empregam

em atividades informais, boa parte está relacionado ao comércio ilegal na fronteira com destino a abastecer a cidade de Boa Vista.

Santa Elena de Uairén, é melhor estrutura que a cidade de Pacaraima e com população bem maior, possui um contingente de trabalhadores que se empregam em diversas atividades econômicas sobretudo na atividade mineradora nas regiões vizinhas, no turismo, no comércio da cidade e nas atividades informais (NETO, 2005).

O que chama atenção, entretanto, com relação ao mercado de trabalho em Santa Elena de Uairén é a expressiva quantidade de pessoas desenvolvendo atividades ilegais no mercado de trabalho informal. O trabalho informal na Venezuela é muito elevado em todas as regiões e é historicamente fruto da baixa diversidade da economia do país, centrada na produção petrolífera que, por si só, é incapaz de absorver a mão de obra na proporção de seu peso no PIB. Os empregos informais atingiram a marca de 65% em 2014 com o aprofundamento da crise econômica¹⁵. Sobre a questão do subdesenvolvimento associado à abundância do petróleo e incapacidade de absorção da população economicamente ativa da economia venezuelana, Carlos Aguiar Medeiros, analisando o pensamento de Celso Furtado, infere que:

Para Furtado, se a população economicamente ativa pudesse ser totalmente empregada na produção do petróleo, o problema do subdesenvolvimento estaria resolvido e a valorização dos termos de troca refletiria um aumento da produtividade de uma economia integrada. A questão fundamental para ele era exatamente a baixa absorção da força de trabalho no setor petróleo e o impacto negativo do câmbio valorizado sobre o emprego nos demais setores (MEDEIROS, 2008, p.03).

Mais uma vez, a questão cambial faz com que o problema do alto índice de trabalhadores informais se manifeste com mais força na região da fronteira venezuelana do que em relação a outras regiões da Venezuela. Considerando que os cidadãos de Santa Elena de Uairén vivem em uma cidade cuja economia é extremamente dependente do comércio voltado aos brasileiros, a grande circulação da moeda brasileira, muito mais valorizada que o bolívar forte,

¹⁵ INE. Instituto Nacional de Estadística. República Bolivariana da Venezuela. Disponível em www.ine.com.ve > Acessado em 31 de julho de 2015.

tenciona os preços locais para patamares muito acima dos praticados em outras regiões do país. Porém, os salários locais, dos trabalhadores do comércio e da maioria dos servidores públicos de base, tais como professores, policiais e técnicos administrativos, foi fixado em 01 de julho de 2015 pela legislação no valor de B\$F 7.421,68 (Venezuela, 2015).

Convertendo o salário mínimo venezuelano do bolívar forte em reais, em julho de 2015, chega-se ao valor de R\$ 47,88. Tal situação provoca uma explosão da atividade informal na cidade onde se observa uma quantidade enorme de pessoas dedicadas a prática de atividades legais e ilegais no mercado de trabalho informal. Além das pessoas que trabalham vendendo todo tipo de produtos e serviços pelas ruas da cidade, muitas delas empregadas no serviço público, o mercado negro é que movimenta maior volume de dinheiro com a venda de combustível, produtos básicos proibidos e câmbio paralelo.

Na imagem a seguir, destaca-se o limite entre o Brasil e a Venezuela, definido pelo marco de fronteira B-V 8, onde os cambistas atuam livremente trocando as moedas dos dois países:



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, 2015.

Observações de campo permitiram constatar que muitos dos estabelecimentos comerciais da cidade expõem anúncios para contratação de trabalhadores em suas lojas, oferecendo vagas de empregos formais que apresentam dificuldades para serem preenchidas. Alguns comerciantes, mesmo oferecendo salários superiores ao estabelecido em lei nacional, não conseguem efetivar contratação de trabalhadores formais. A atividade informal na cidade de Santa Elena de Uairén exerce muito mais atração sobre os trabalhadores locais, principalmente no mercado negro direcionado aos brasileiros, sobretudo o contrabando de combustível, o câmbio ilegal e a prostituição onde o valor de um salário mínimo mensal venezuelano pode ser obtido em um único dia (OLIVEIRA, 2008).

Outro aspecto relevante desse processo é a evasão de profissionais do serviço público de seus postos de trabalho à procura de uma renda que permita uma sobrevivência digna. É o caso de muitos professores de educação básica que abandonam as escolas e tornam-se taxistas, pequenos comerciantes e ou se empregam em qualquer outra atividade informal.

3.6 OS EFEITOS DA CRISE VENEZUELANA NO FLUXO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL

Desde os anos 70 muitos brasileiros, em sua maioria residentes nas cidades da amazônicas, foram atraídos para a Venezuela em busca de melhores condições de vida sobretudo para as regiões de garimpo localizadas no estado de Bolívar. Estudos do Ministério das Relações Exteriores apontam que até o ano de 2011 a relação do fluxo migratório entre o Brasil e a Venezuela apresentava um superávit de imigrantes brasileiros no vizinho do Norte, que chegou a atingir um exponencial crescimento de 130% (RODRIGUES, 2013).

Todavia, essa situação começa a se inverter com o aprofundamento da crise econômica e social na Venezuela. A precariedade do mercado de trabalho na Venezuela e a fixação de salários de baixíssimo poder aquisitivo, pagos em uma moeda altamente desvalorizada, somado ao caos nos serviços públicos, escassez de alimentos e redução drástica nos subsídios governamentais para a

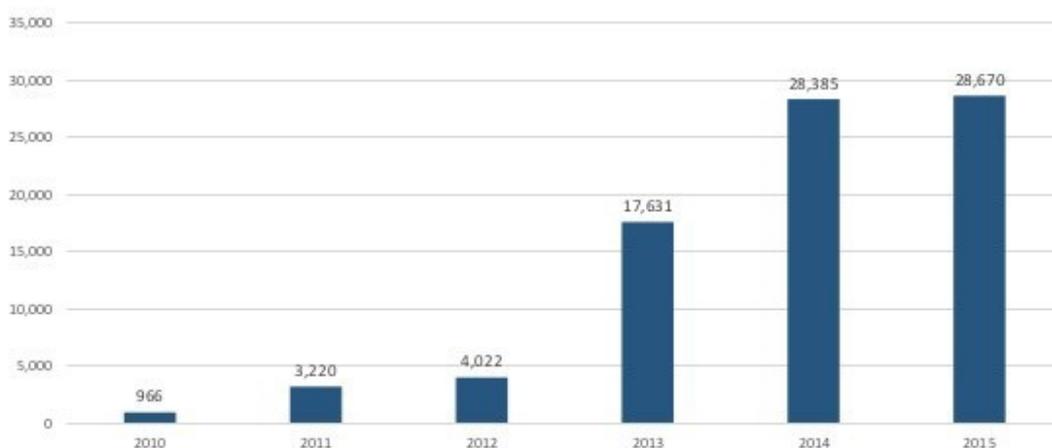
população mais carente, têm atraído grande leva de imigrantes venezuelanos para os estados de Roraima e Amazonas.

A maioria dessas pessoas são de classes sociais de baixa renda e de baixo nível de escolaridade, embora um bom número de trabalhadores qualificados, como professores, advogados, engenheiros e outros, já possam ser identificados em meio a essas levadas de imigrantes que ingressam no Brasil, legal ou ilegalmente, à procura de emprego no país.

A Polícia Federal registrou entre os anos de 2010 a 2015 um aumento exponencial no número de imigrantes que pedem refúgio no Brasil. Essas pessoas vêm de vários países, sobretudo de regiões mergulhadas em conflitos, tragédias naturais e grave crise econômica como a Venezuela. Segundo informações prestadas pelo Departamento da Polícia Federal em Roraima, número de venezuelanos que solicitaram refúgio no Brasil a partir do serviço de imigração em Roraima cresceu 22.122% entre os anos de 2013 à 2015.

Solicitações de refúgio

(entradas por ano, 2010-2015)



Fonte: Departamento de Polícia Federal, 20/08/2016

A regras para concessão do pedido refúgio estão estabelecidas na Lei 9.474 de 1997, que define o procedimento para o reconhecimento da condição de refugiado ao estrangeiro solicitante, seus direitos e deveres. Assim a Lei

Brasileira de Refúgio concebe o refugiado como todo aquele que sai do seu país de origem e pede refúgio no Brasil em função de fundados temores de “perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas imputadas, ou devido a uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos no seu país de origem” (BRASIL, 1997).

Embora o pedido de refúgio seja concedido somente àqueles que sofrem perseguição política, religiosa, étnica ou racial, a maioria dos venezuelanos que tentam permanecer legalmente para no Brasil alegam tal condição não sendo, todavia, deferido a maioria dos pedidos pelo fato de o fator econômico que impulsiona a saída dos venezuelanos de país não se enquadrar no rol definido em Lei.

Boa parte dessas pessoas que não consegue trabalhar formalmente em função de dificuldades de obtenção de documentação legal ou do próprio mercado de trabalho no Brasil, desenvolvem em atividades informais como venda de produtos contrabandeados nas feiras livres e nos semáforos da cidade, prestam pequenos serviços (conhecidos como bicos), vivem da mendicância ou da prostituição. Na imagem abaixo, vê-se exemplo de atividades informais desenvolvidas por imigrantes venezuelanos nas ruas de Boa vista em busca da sobrevivência:



Foto do acervo do autor, 2015.

Um dos efeitos mais visíveis do aumento do fluxo migratório de venezuelanos para a cidade de Boa Vista foi o aumento da prostituição de mulheres vindas da Venezuela nas ruas da cidade. Uma grande concentração dessas mulheres ocorre na Av. dos Imigrantes, no bairro Caimbé, entre o terminal de táxi interurbano e a Feira do Passarão. Embora não haja nenhuma relação entre o nome da avenida e o processo imigratório, nesse local concentra-se uma grande quantidade de bares e casas de prostituição que são frequentadas, majoritariamente, por trabalhadores de baixa renda em busca de diversão. Também a concentração das imigrantes venezuelanas que se dedicam a prostituição neste local é favorecida pela proximidade com o terminal de taxi interurbano Boa Vista – Pacaraima, cuja frota de táxis conduzem pessoas da Venezuela para a cidade de Boa Vista.

Dados do governo do Estado de Roraima e da Defesa Civil em 2015 revelam a evolução do problema relacionada a imigração e a pressão social que se reflete sobre o Estado de Roraima, mais particularmente a cidade de Boa Vista. Nesse ano registrou-se a chegada de mais de 30 mil venezuelanos ao estado de Roraima e 999 destes matricularam-se na rede pública estadual de ensino. A defesa civil estima ainda que pelo menos 100 venezuelanos ingressam no país todos os dias e se instalam no estado de Roraima, principalmente nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, números estes que se apresentam atualmente sempre em escala ascendente e cuja evolução não tem previsão alguma de cessar. Esse contingente de pessoas exerce forte pressão sobre os serviços de saúde pública do estado, que já eram precários ao atendimento da população brasileira, demandando grande aumento atendimento médico-hospitalar em função do agravamento de doenças provocadas pelas precárias condições de vida em que se encontram, sobretudo quanto às questões de alimentação, higiene e moradia.

O espaço geográfico no entorno da rodoviária da cidade de Boa Vista é o ponto de instalação inicial para os imigrantes venezuelanos que não dispõem de nenhum tipo de recurso financeiro e muito menos de apoio material para se transferirem para outras áreas da cidade. Em geral se instalam nos canteiros e nas praças das ruas mais próximas, onde armam barracas ou simplesmente entendem lonas no chão fazendo desses espaços públicos suas moradias

provisórias até conseguirem renda por algum meio que lhes permitam buscar outra alternativa de habitação. Na imagem a seguir, uma família indígena recém-chegada da Venezuela acampa na calçada em frente a Rodoviária Internacional de Boa Vista:

Foto: Acervo do autor, 2015.



CONCLUSÃO

4. CONCLUSÃO

A oscilação da economia venezuelana, em conformidade com a oscilação no preço internacional do petróleo, sua principal commodities de exportação, destaca-se como um vetor de constante modificação do cenário político nacional, sendo este fator associado aos interesses geoestratégicos do recurso energético que determinam posições políticas distintas por diversos atores sociais ao longo da história da Venezuela.

A condição econômica singular da Venezuela sempre esteve associada à grande importância que o petróleo exerce na economia do país. A história venezuelana é marcada por constantes ciclos em que se alternam períodos de prosperidade e crises econômicas. A grande dependência do país em relação a uma única fonte de riqueza o torna vulnerável as oscilações do mercado internacional e alvo especial das estratégias geopolíticas por parte das potências mundiais, principalmente os EUA, com objetivo de estabelecer controle sobre suas reservas petrolíferas.

Com efeito, a disputa interna pelo poder político na Venezuela sempre foi fortemente influenciada pelos interesses do capital estrangeiro que investe no país. O embate entre grupos políticos nacionalistas e grupos políticos ligados ao capital estrangeiro sempre produziu enormes cisões na sociedade venezuelana culminando, por vezes em violentas reações de ambos os setores.

A ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1998 não foge a esse contexto e a crise política e econômica subsequente é um desdobramento desse processo no qual o chavismo ascende e declina produzindo um novo ciclo da oscilante história venezuelana, porém mais uma vez condicionado a flutuação econômica decorrente da oscilação do preço internacional do petróleo.

Se os erros do chavismo na condução da política nacional, entre os desmandos e a corrupção de que o governo de Nicolás Maduro é acusado, são responsáveis por intensificar bancarrota econômica originada com queda brusca do preço internacional do petróleo, não são menos responsáveis as ações dos setores opositores nacionais e estrangeiros que atuam para sabotar as bases estruturais da Venezuela com o propósito de derrotar o combalido

regime bolivariano. Contudo, independentemente dos projetos políticos que se digladiam na Venezuela, enquanto esta depender exclusivamente de uma das fontes de riqueza mais cobiçadas na geopolítica mundial continuará sofrendo poderosa intervenção de interesses alheios aos seus projetos de desenvolvimento nacional, cujos impactos se mostram mais terríveis principalmente para sua população trabalhadora.

Hugo Chávez governou o país administrando as contradições internas apoiando-se em suas habilidades políticas e em seu grande carisma entre a população de mais baixa renda no país. A estratégia de conservação de poder político de Hugo Chávez em meio aos conflitos sociais que eclodiam na Venezuela estava diretamente condicionada a capacidade do Estado em patrocinar os programas sociais para as populações de mais baixa renda através das divisas auferidas com a exportação do petróleo.

A queda brusca do preço internacional do petróleo em 2008, apesar de causar enorme impacto na economia venezuelana, não foi suficiente para desalojar do poder o regime bolivariano. A breve recuperação observada já a parti de 2010 deu ao governo Chávez um fôlego político maior que permitiu governar o país até sua morte. Entretanto seu sucessor , Nicolás Maduro, assume o governo após uma vitória eleitoral muito apertada, em novo momento em que o preço do petróleo atinge o menor valor comparado a 2008.

A escassez de divisas leva a Venezuela a uma das mais profundas crises econômicas vividas em sua história. Fortemente dependente do petróleo e com sua infraestrutura econômica seriamente comprometida em decorrência do baixíssimo grau de produtividade em todos nos outros setores da economia, o país não consegue oferecer condições mínimas de qualidade de vida para sua população, sobretudo para a classe trabalhadora de baixa renda. A queda nas exportações do país, faz com que falte dólares para pagar as tão necessárias importações de bens básicos, principalmente alimentos, produtos de higiene, medicamentos, consumidos por toda a população, cuja dependência da importação beirava a casa dos 90%.

Os efeitos da crise Venezuelana também são devastadores em suas relações internacionais, sobretudo aquelas que se desenvolvem com os países

aliados na América Latina, também sofrem os impactos da crise diminuindo o volume de transações e os aportes de investimentos no interior do país. O Brasil continua sendo um parceiro comercial privilegiado no que se refere ao volume de trocas com a Venezuela, experimentando apenas uma pequena redução até agora no volume exportado para o país durante os primeiros anos do governo Maduro. Entretanto, a persistir a atual velocidade da desvalorização da moeda venezuelana no mesmo ritmo do primeiro semestre de 2015, a queda tende a se acentuar. Ainda assim, os indicadores da exportação brasileira para Venezuela se devem a grande necessidade desta em importar produtos básicos, principalmente de produtos alimentícios que, mesmo diante da grande escassez de divisas provocadas pela queda brusca do preço do petróleo, o país não pode abrir mão.

A zona de fronteira entre Brasil e Venezuela, mais precisamente a área que abrange as zonas urbanas das cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, sofreu o impacto da crise numa proporção muito maior do que a que ocorreu nas relações comerciais nacionais mantidas entre os dois países. Essas cidades têm um comércio e um mercado de trabalho fortemente dependente das taxas de câmbio praticada por ambos os países e pelas políticas aduaneiras que visam o controle de ingresso de mercadorias estrangeiras em seus respectivos territórios.

A princípio, a disparidade cambial moderada entre o real, a moeda brasileira, e o bolívar Forte, a moeda venezuelana, favoreceu o aumento das atividades comerciais em prol dos estabelecimentos comerciais das cidades de Santa Elena de Uairén e de Pacaraima. O comércio formiga, caracterizado pelo turismo de compra na área de fronteira, cresceu e fez expandir o número de estabelecimentos comerciais nas duas cidades. Todavia, a desvalorização acentuada da moeda venezuelana, em face da grande escassez de divisas, fez com que desaparecesse muitas mercadorias das prateleiras das lojas e supermercados de Santa Elena de Uairén cuja procedência da maior parte advinha das importações do país, inclusive do Brasil. Essa situação ainda foi agravada com o decreto publicado pelo governo da Venezuela proibindo a saída de produtos básicos do país.

Nos anos de 2012 a 2013, a crise no comércio das duas cidades arrasta para baixo a qualidade de vida de suas populações, notadamente em Santa Elena de Uairén que é muito desfavorecida pela acentuada desvalorização da moeda venezuelana. Muitos estabelecimentos comerciais em Pacaraima fecham as portas em função da falta de compradores para os produtos que ofereciam, pois tornavam-se de sobremaneira caros para os venezuelanos que moram na zona de fronteira pudessem comprá-los com sua moeda tão desvalorizada. O aumento exponencial do emprego da população em setores informais da economia, sobretudo os que se relacionam ao mercado negro associados à disparidade cambial, evidenciam quão mais grave são os efeitos da crise na economia fronteiriça.

Paradoxalmente, nos anos de 2014 e 2015, o comércio de Pacaraima volta a experimentar um aumento do volume de vendas decorrente da vinda de muitos venezuelanos, tanto da região da fronteira como das grandes cidades do país, em busca de alimentos e bens de consumo básicos na Venezuela. Muitos estabelecimentos comerciais em Pacaraima, que vendiam produtos diversos com roupas, cosméticos e etc., passam a trabalhar com a venda de alimentos e produtos de higiene para atender a demanda venezuelana, passando a praticar preços bastante elevados em comparação aos preços desses produtos na cidade de Boa Vista.

Os reflexos sociais dos problemas econômicos da Venezuela ultrapassam a zona de fronteira entre os países e chegam as cidades de Boa Vista, capital de Roraima, e até a cidade de Manaus, capital do Amazonas. A cidade de Boa Vista recebe uma grande leva de imigrantes venezuelanos, principalmente nos anos de 2013, 2014 e 2015, cuja maioria ingressa ilegalmente no país dado a fragilidade do controle do acesso na fronteira, que passam a empregar-se em diversas atividades econômicas, principalmente clandestinas.

O impacto do grande aumento da imigração legal e ilegal se traduz em uma enorme pressão social sobre os indicadores socioeconômicos nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, que passam a conviver com uma forte demanda por parte dos imigrantes venezuelanos nos serviços públicos como saúde, educação e assistência social. Torna-se nítida, também, o aumento da

indigência nas ruas dessas cidades em decorrência do grande número de pessoas que vagam pelas ruas em busca de sobrevivência desempenhando atividades informais, como venda de produtos contrabandeados e a prestação de pequenos serviços, assim como atividades clandestinas como a prostituição e tráfico de drogas que contribui para o aumento da violência nas áreas urbanas.

A cidade de Boa Vista, em particular, teve seu cenário bastante alterado, principalmente a partir de 2013, em função da presença de grande número de imigrantes venezuelanos ilegais que vivem como indigentes sobrevivendo da mendicância em vários pontos da cidade. Grande parte destes são pessoas de origem indígena que vieram da região da Gran Sabana, no Estado de Bolívar no sul da Venezuela, e que deixaram de ser atendidos por programas sociais do governo venezuelano, principalmente a distribuição subsidiada de alimentos. A maioria dessas pessoas perambulam durante o dia pelas cidades de Boa Vista e à noite se alojam em abrigos improvisados pela Defesa Civil no Estado de Roraima ou em prédios públicos como a Rodoviária Internacional de Boa Vista e casa abandonadas.

Uma pequena parte dos imigrantes que ingressam legalmente no país e possuem visto provisório de permanência, conseguem trabalho formal em estabelecimentos comerciais de Boa Vista. Esses constituem um segmento com um nível maior de escolaridade, muitos dos quais com nível superior, mas que trabalham em atividades simples como caixas de supermercados, ajudantes de depósito, frentistas em posto de gasolina, mecânicos e principalmente como garçons em bares e restaurantes da cidade. É muito comum ser atendido por um garçom ou garçonete venezuelanos nos bares e restaurantes de Boa Vista, haja vista uma certa predileção pelos empregadores pela mão-de-obra estrangeira que a princípio, e por força das circunstâncias, é considerada mais comprometida com o trabalho do que os próprios brasileiros. Tal fato já tem se tornado um motivo de preocupação para os trabalhadores brasileiros que atuam em Boa Vista nessa área e temem perder seus espaços no mercado de trabalho.

A crise da Venezuela, ao que tudo indica, está longe de ser equacionada enquanto os fatores gerais que a motivaram não sejam resolvidos. Apesar de haver forte campanha da mídia internacional, sobretudo desenvolvidas por

grupos de comunicação ligados a setores capitalistas com fortes interesses na Venezuela e também por razões de oposição ideológica, em tentar associar a origem da crise do país exclusivamente ao regime bolivariano instaurado por Hugo Chávez, uma simples análise revela quão limitadas são essas interpretações do presente processo.

Crise econômicas no sistema capitalista mundial é um processo cíclico na atualidade, sobretudo após a primazia do capital financeiro sobre o capital produtivo no que concerne ao volume de transações operacionalizadas no mercado internacional e sua grande mobilidade que, de um momento ao outro, pode desencadear sérios problemas cambiais em um país. Todavia, os países mais impactados por essas crises são aqueles cujas economias são subdesenvolvidas e dependentes da inversão de capital externo por via exclusiva da exportação de commodities. Esse estado de dependência é ultra agravado quando o volume predominante das exportações desses países está restrito a um ou a poucos produtos derivados da mesma matéria-prima.

O retrospecto histórico demonstra que crise econômica na Venezuela sempre foi um processo constante e o desempenho da economia sempre acompanhou o desenrolar dos fatos no cenário internacional associados a valorização e a queda no preço do petróleo. Uma grave crise se abateu sobre o país no ano de 1989, que culminou na insurreição popular denominada de Caracazo e que resultou na paralização total da economia, saques à lojas e supermercados e na morte de centenas de pessoas. Tal crise, à época, ocorreu sob a batuta de um governo extremamente afinado com o capital internacional e os interesses empresariais, governo de Carlos Andrés Pérez, através da aplicação de uma rigorosa cartilha neoliberal.

Embora o governo de Nicolás Maduro e seu antecessor Hugo Chávez, possam ser fortemente responsabilizados pelo agravamento do caos que se abateu sobre a sociedade venezuelana na última década, seus governos não podem responder exclusivamente pelo feito. A inabilidade política de Nicolás Maduro como governante, a corrupção desenfreada em seu governo, o autoritarismo e a falência do bolivarianismo como política nacionalista alternativa ao capitalismo imperialista, antes de serem causas da crise econômica e social

que assola o país, se constituem sintomas de um modelo de desenvolvimento apoiado no sistema centro-periferia, cujo propósito tem sido canalizar a riqueza dos países periféricos para os países centrais. Tal fato é causa da permanente instabilidade política na Venezuela de modo que a excessiva concentração de renda nos períodos de bonança econômica, ciclicamente conduz o país a crises devastadores em que surgem líderes populistas e messiânicos que tendem a capitalizar a insatisfação popular oferecendo alternativas de modelo políticos não convencionais.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Fronteiras múltiplas e paradoxais. *Textos e Debates*, v. 2, n. 22, 2013.

ALLIS, Thiago. Considerações sobre turismo de compras nas fronteiras brasileiras O caso de Pacaraima (RR) e Santa Elena de Uairén (Venezuela). Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 2008.

ANDERSON, Perry. Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais / compilado por Atílio A. Boron. - 1º edição. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2004

AYERBE, Luis. Novas lideranças políticas e governos na América do Sul / Luiz Ferando Ayrebe (organizador). São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

AUBERTIN, Catherine. *Fronteiras, org; Bertha Becker...et al, .* – Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris; ORSTOM, c1988.

BARROS, Pedro Silva - *Cadernos PROLAM/USP* (ano 5 - vol. 2 - 2006), p. 209 - 237.

BARATA, Mário. *O Descobrimento de Cabral e a Formação Inicial do Brasil*. UC Biblioteca Geral 1, 1991.

BELLO Rodríguez, María E. "Formación de Límites terrestres de Venezuela." *Aldea Mundo* 13.026 (2008).

BITENCOURT, Cezar Roberto, and Luciana de Oliveira Monteiro. "Crimes contra a ordem tributária." (2013).

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa para Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: MINT. 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Comissão Mista Brasileiro - Venezuelana Demarcadora de Limites. Disponível em <https://sistemas.mre.gov.br> . Acesso em 28 de agosto de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. AliceWeb. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 27 de julho. 2015.

_____. Lei 13.008, 2014.de 26 de junho de 2014.Disponível em : www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de junho de 2015.

_____. Ministério da Integração Nacional. Cartilha do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, publicada em março de 2011. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br>>. Acesso em: 28 julho. 2015.

_____, Lei 9.474 de 22 de julho de 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm> Acesso em 25 de março de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. AliceWeb Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 27 de julho. 2015.

BRITES, Alessandra Scangarelli. A política interna soviética e seus impactos nas relações internacionais (1917-1985) / Alessandra Scangarelli Brites. Porto Alegre - 2012

BRITO, TLF, et al. "A dialética da segurança energética e a interdependência das nações." *Geografia e geopolítica do petróleo. Rio de Janeiro: Mauadx* (2012): 15-50.

BOLÍVAR, Simón. Para nosotros la patria es America; Simon Bolívar; Biblioteca de Ayacucho, 1991. Caracas – Venezuela.

FERREIRA, Carla Cecilia Campos. A classe trabalhadora no Processo Bolívariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989/2010) / Carla Cecilia Campos Ferreira. 2012

CALVOCORESSI, Peter. Política mundial a partir de 1945/ Peter Calvocoreesi; revisão técnica: Paulo Fagundes Viscentini.-9. Ed. – Porto Alegre: Penso ,2011.

CERVO, Amado Luiz. "A Venezuela e seus vizinhos." *Venezuela: Visões Brasileiras* (2007): 165

COLMENAREZ, Elio. *La insurrección de febrero*. Caracas: Ediciones la chispa, 1989.

COSTA, da Ricardo Luiz Silveira. *A guerra na Idade Média: estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Paratodos, 1998.

COSTA, Wanderley Messias da. "O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração." *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia* 7 (2009).

DAHL, Robert. Sobre a democracia. Brasília: UNB, 2001, p. 97-113

DAMASCENO, Fernando Sérgio. A face oculta da Venezuela; do controle operário da produção à hegemonia de Chávez. São Paulo: ILAESE, 2015.

DE OLIVEIRA ARRUDA, Rejane; ARAÚJO, Marcilene Feitosa; SILVA, Rosângela Sarmiento. Câmbio paralelo na fronteira Brasil/Venezuela. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE RORAIMA (RARR), v. 1, n. 1, p. 163-184, 2011.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. Perspectiva Geográfica, v. 9, n. 10, 2014.

FOUCHER, Michel. Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

FUKUSHIMA, Kátia Alves. O governo Chávez e a luta pelo poder na Venezuela: Uma análise dos atores políticos em conflito / Kátia Alves Fukushima. –São Carlos: UFSCar, 2010.

GALEANO, Eduardo H., 1940 – As veias abertas da América Latina/ Eduardo Galeano; tradução de Sérgio Faraco. – Porto alegre, RS: L&PM, 2010.

GALVÃO, Thiago Gehre. As relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos/ Organizadores: Estevão Chaves de Rezende Martins, Felipe Kem Moreira. – Boa Vista: Editorada UFRR, 2011

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo, 1922 – História contemporânea da América Latina: Imperialismo e libertação / Pablo González Cassanova ; tradução de Cláudia Schilling. – São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1987.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HARDT, Michel. Império / Michel Hardt, Antônio Negri; tradução de Berilo Vargas. – 9ª ed. – rio de janeiro: Record, 2010.

HARVEY, David. O novo imperialismo / David Harvey; tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. –7.ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HARVEY, David. *Producao Capitalista Do Espaço, a*. Annablume, 2005.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ, n. 5, p. 7-19, 2007.

HOBBSAWN, Eric. J., 1917 – Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade/ E.J. Hobsbawn; tradução: Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino). – Rio de janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric J., 1917 – Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991/ Eric Hosbawm; tradução Marcos Santarita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. *A história da riqueza do homem*/ Leo Hurberman; 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

HUBERMAN, Leo. *A história da riqueza dos EUA (Nós, o povo)* /Leo Hurberman; 4ª ed. São Paulo: SP: Brasiliense, 1987.

.IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *Imperialismo na América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LOCOSTE, Yves. *A Geografia Isso Serve em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra*. Tradução de Maria Célia França. 2ªedição, Editora Papyrus, SP, 1989

LESSA, Antônio Carlos. *História das Relações Internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XIX*/ Antônio Carlos Lessa. – Petrópolis, RJ:Vozes, 2005.

L Moita - Janus 2006: A nova diplomacia, 2006 - repositorio.ual.pt

LOWE, Normam. *História do mundo contemporâneo*/ Normam Lowe; tradução: Roberto Cataldo costa; revisão técnica Paulo Fagundes Visentini. – 4. Ed. – Porto Alegre: Penso, 2011.

KAGAN, Robert. *Do paraíso e do poder: Os EUA e a Europa na nova ordem mundial*/ Robert Kagan; tradução de Jussara Simões. – Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

KARNAL, Leandro. *História do Estados Unidos: das origens ao século XXI*/ Leandro Karnal...[et al.]. 3ª ed., reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

MARCANO, Elvia Elena Jiménez. *La Construcion de Espacios SocialesTransfroteirizos entre Santa Elena de Uairen - Venezuela e Vila Pacaraima/ Brasil*. Tese de Doutorado. Programa Conjunto de Di ii ilorado Sobre América Latina e o Caribe. Universidade de Brasília- U NB, 1996.

MATIAS, Eduardo Felipe P. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. Editora Paz e Terra, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich,. *O Manifesto comunista*. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MACHADO, Lia Osório. *Limites, Fronteiras, Redes*. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MACHADO, L. O. *Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade*. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, pp. 7-23, jan./jun., 2000.

MAGNOLI, Demétrio. *Globalização: Estado nacional e espaço mundial/ Demétrio Magnoli. – 2. Ed. reform. – São Paulo: Moderna, 2003. – (Coleção polêmica).*

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. "Celso Furtado na Venezuela." *C. Furtado, Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisa. Centro Internacional Celso Furtado, Contraponto: Rio de Janeiro (2008).*

MÉSZÁROS, István. "Bolívar e Chávez: O espírito da determinação radical", *Revue Resistir Portugal*, 1/6/2006b
http://resistir.info/meszáros/bolívar_chavez_p.htm

MOREIRA, Ruy; *O que é geografia/Ruy Moreira. – 2ª reimp. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. – (Coleção Primeiros Passos;48).*

NETO, Pedro Fernandes. *A faixa de fronteira internacional norte do Brasil: Uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/Lethen (Guiana). X Encontro de Geógrafos da América Latina. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 20.*

NEVES, Rômulo Figueira. *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana / Rômulo Figueira Neves.—Brasília: FUNAG.2010.*

OLÍMPIO, Marise Magalhães, and Jorge Henrique Maia Sampaio. "Estados Unidos e o destino manifesto." (2006).

OLIVEIRA, R. S. de. *Um olhar sobre as redes de prostituição e tráfico de mulheres na fronteira Brasil-Venezuela a partir das rodovias BR-174 e Troncal 10. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/222.htm>*

PERIARD, Thiago; LOSEKANN, Luciano. *Petróleo, doença holandesa e dependência da renda petrolífera. Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.*

PENNAFORTE, Charles. "De Chávez a Maduro: a Venezuela sob Ataque "Contra Antissistêmico"? Charles Pennafort. *Revista Intellector. Rio de Janeiro, 2014.*

PIMENTEL, Fernando. *O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: Perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira/Fernando Pimentel. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.*

POCHMANN, Marcio. "Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho." *IE/Unicamp, Campinas (2000).*

PREBISCH, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais." *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record 2* (2000): 69-136.

PUJOL-DÁVILA, José. *Sistema y poder geopolítico*. Corregidor, 1985.

RANGEL, Domingos Alberto. *Processo del capitalismo venezuelano/ Domingo Alberto Rangel*. 2ª ed – Universidad de Carabobo : Valência, 2003.

RICARDO, D. (1817) *Princípios de Economia Política e Tributação*. Tradução de P. H. R. Sandroni. São Paulo: Victor Civita, 1982.

RODRIGUES, Francilene. Da, Migração e. Re configuração social. transfronteira Brasil-Venezuela. XXIX Congresso Alas Crise e Emergências Sociais na América Latina- Santiago do Chile de 29 de setembro a 4 de outubro de 2013.

_____. "Migração transfronteiriça na Venezuela." *Estudos Avançados* 20.57 (2006): 197-207

SANTOS,, Haroldo Eurico Amoras dos. "Brasil e Venezuela-cooperação e integração econômica: corredor de integração regional Amazonas-Roraima-Bolívar-Orenoco." (2012).

SEABRA, Raphael Lana. Por uma aproximação à formação e ao debate venezuelano sobre a dependência. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. Anais... Caxambu, 2014.

SOCILISTER REGISTER 2004: O novo desafio imperial / edición a cargo de Leo Panitch y Colin Leys – 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006.

TELO, António José. *Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria: reflexões sobre o sistema mundial*, 1996.

WATSON, Adam; *A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa/ Adam Watson*, tradução de René Lcan. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEFFORT, Francisco C. *Os Clássicos da Política - Volume 1*. 14ed. São Paulo: Editora Ática, 2006 .

VAÏSSE, Maurice. *As relações internacionais a partir de 1945/ Maurice Vaïsse*; tradução Everson Machado. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

VENEZUELA, *Ley sobre el delito de contrabando*. Imprensa Nacional, Caracas, 2010.

VENEZUELA. GACETA OFICIAL n. 6181. Decreto n.1737 de 08 de maio de 2015. Disponível em

<<http://www.gacetaoficialdelarepublicabolivarianadevenezuela.com> > Acessado em 01 de agosto de 2015

VENEZUELA, *Constitución de La Republica Bolivariana de La Venezuela*, 1999.

VILLA, Rafael Duarte. "Venezuela: mudanças políticas na era Chávez." *estudos avançados* 19.55 (2005): 153-172.